

Caio Fonseca

**Enunciado, diálogo, discurso: o Círculo de  
Bakhtin como fonte de recursos para estudos  
em Comunicação**

Brasília – DF

2020

Caio Fonseca

## **Enunciado, diálogo, discurso: o Círculo de Bakhtin como fonte de recursos para estudos em Comunicação**

Monografia apresentada no Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Audiovisual, sob orientação dos professores Sérgio Ribeiro e Pedro Russi .

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Audiovisuais e Publicidade

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientador: Sérgio Ribeiro

Coorientador: Pedro Russi

Brasília – DF

2020

Caio Fonseca Enunciado, diálogo, discurso: o Círculo de Bakhtin como fonte de recursos para estudos em Comunicação/Caio Fonseca. – Brasília – DF, 2020- 78p. : il. ; 30cm.

Orientador: Sérgio Ribeiro

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Audiovisuais e Publicidade

Trabalho de Conclusão de Curso, 2020.

1. DIÁLOGO. 2. ENUNCIADO. 3. DISCURSO. 4. COMUNICAÇÃO DISCURSIVA 5. CÍRCULO DE BAKHTIN I. SÉRGIO RIBREIRO; PEDRO RUSSI. II. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. III. FACULDADE DE COMUNICAÇÃO. IV. ENUNCIADO, DIÁLOGO, DISCURSO: O CÍRCULO DE BAKHTIN COMO FONTE DE RECURSOS PARA ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO

Caio Fonseca

## **Enunciado, diálogo, discurso: o Círculo de Bakhtin como fonte de recursos para estudos em Comunicação**

Monografia apresentada no Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Audiovisual, sob orientação dos professores Sérgio Ribeiro e Pedro Russi .

Trabalho aprovado. Brasília – DF, 2020

---

**Sérgio Ribeiro**  
Orientador

---

**Pedro Russi**  
Coorientador

---

**Cláudia Busato**  
Convidado

Brasília – DF  
2020

# Resumo

Este trabalho faz uma retomada da bibliografia estudada ao longo da graduação, buscando, em seguida, relacionar esta base teórica com estudos referentes ao Círculo de Bakhtin. Deste modo, o objetivo é propor os conceitos trazidos pelo Círculo – em especial os conceitos de enunciado, diálogo e discurso – como potenciais ferramentas que auxiliem os estudos em Comunicação.

**Palavras-chave:** Diálogo. Enunciado. Discurso. Comunicação Discursiva. Círculo de Bakhtin

# Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>8</b>
2.1	Campo de Estudo da Comunicação	8
2.2	Comunicação e sociedade de Massa	10
2.3	Comunicação e Semiótica	11
2.4	Marshall McLuhan	14
2.5	Círculo de Bakhtin	19
2.6	Interfaces entre Mikhail Bakhtin e os Meios de Comunicação de Massa	28
<b>3</b>	<b>COMUNICAÇÃO</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Campo de Estudo da Comunicação</b>	<b>33</b>
3.1.1	Significado de Comunicação	33
3.1.2	Objeto de Estudo	34
<b>3.2</b>	<b>Comunicação e Sociedade</b>	<b>35</b>
3.2.1	Sociedade de Massa	35
3.2.2	Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem	36
<b>3.3</b>	<b>Comunicação e Semiótica</b>	<b>37</b>
3.3.1	A Questão da Linguagem	38
3.3.2	Ferdinand de Saussure: Semiologia e Linguística Estrutural	39
3.3.3	Charles Sanders Peirce: Semiótica e Teoria Geral dos Signos	40
3.3.4	Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov: Círculo de Bakhtin e Filosofia da Linguagem	42
<b>4</b>	<b>CÍRCULO DE BAKHTIN</b>	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>Círculo de Bakhtin</b>	<b>45</b>
4.1.1	Epistemologia das Ciências Humanas	45
4.1.2	Filosofia da Linguagem	47
4.1.3	Objetivismo Abstrato, Subjetivismo Individualista	49
4.1.3.1	Objetivismo Abstrato	49
4.1.3.2	Subjetivismo Individualista	50
4.1.3.3	Alternativa	51
<b>4.2</b>	<b>Marxismo e Filosofia da Linguagem</b>	<b>51</b>
4.2.1	Método Sociológico de Estudo da Linguagem	52
4.2.2	Signo Ideológico	52

4.2.3	Enunciado . . . . .	54
<b>4.3</b>	<b>Estética da Criação Verbal . . . . .</b>	<b>56</b>
4.3.1	Enunciado Como Unidade da Comunicação Verbal . . . . .	56
4.3.2	Gêneros do Discurso . . . . .	58
4.3.3	Epistemologia das Ciências Humanas . . . . .	61
4.3.3.1	Cronotopo e Exotopia . . . . .	63
4.3.3.2	O Problema do Texto . . . . .	66
<b>4.4</b>	<b>Dialogismo, Discurso, Enunciado . . . . .</b>	<b>67</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>73</b>

# 1 Introdução

No período da graduação, ao longo dos semestres, tive a oportunidade de entrar em contato com teorias, conceitos e estudos dos mais variados tipos, sobre os mais variados temas. Deste modo, o campo de estudo da Comunicação se mostrou amplamente heterogêneo, com diversos modos de abordar suas questões. Inevitavelmente, há momentos em que outras disciplinas auxiliam a Comunicação, refletindo assim sua natureza interdisciplinar. Essa característica aberta de um campo reconhecidamente vasto se mostra convidativa para uma experiência de renovação e inovação constantes.

A base sobre a qual este trabalho se desenvolve possui dois polos: de um lado, o polo da Comunicação, e, de outro, o polo do Círculo de Bakhtin. O primeiro diz respeito ao que foi trabalhado ao longo de toda a graduação, com atenção especial às disciplinas de Teorias da Comunicação e Tecnologias da Comunicação. O segundo se refere aos estudos produzidos no Círculo de Bakhtin, bem como comentários de outros autores sobre esses estudos.

Esta monografia se propõe a estabelecer um diálogo entre as teorias da Comunicação e as teorias do Círculo de Bakhtin. Deste modo, faz-se uma revisão bibliográfica da base teórica adquirida na graduação em Comunicação, de encontro com as ideias e conceitos apreendidos do Círculo de Bakhtin. Neste caso, servem de referência tanto os textos produzidos por Bakhtin e Volóchinov quanto os comentários de outros autores a esses textos. Assim, este trabalho faz uma tentativa, sob influência das ideias bakhtinianas, de estabelecer uma relação dialógica entre essas duas bases teóricas.

Além da Comunicação, a estrutura da universidade permitiu o contato direto com outras áreas, outros departamentos, fomentando o intercâmbio de conhecimento. Neste sentido, foi indiscutivelmente produtiva esta realidade dialógica de, por um lado, fazer parte de um curso com tantas possibilidades, e, por outro, “visitar” os outros cursos.

Assim, este trabalho é uma tentativa de retornar para o curso de origem, depois dessas “visitas”, de modo a concluir este processo de diálogo. Não à toa, parte essencial desta monografia é a questão do diálogo. É justamente com a intenção de dialogar que os conceitos do Círculo de Bakhtin são aqui postos, tendo em mente que este encontro de ideias pode ser tão frutífero para a Comunicação quanto foi para mim.



## 2 Considerações Iniciais

### 2.1 Campo de Estudo da Comunicação

O sentido da palavra “comunicação” pode ser compreendido de várias formas, definindo-se em meio a contextos e situações de naturezas essencialmente diversas. É justamente graças aos processos comunicativos que os humanos conseguem se relacionar em sociedade, por exemplo. Inclusive, no que diz respeito à comunicação humana e aos processos comunicativos, o conceito está intimamente ligado à ideia de “relação”. Porém, não é um tipo qualquer de relação, mas uma “relação de consciências” (MARTINO, 2011a, p. 23). Martino (2011a, p. 23), além disto, acrescenta que “não podemos representar os elementos que expressam a comunicação humana senão através de relações, ou, mais exatamente, através de processos comunicativos”. Portanto, a comunicação foi (e ainda é) essencial no desenvolvimento do ser humano, tanto individual quanto socialmente.

Esta comunicação, como fato humano e social, compreendida como relação de consciências, pode ser definida do seguinte modo:

Comunicar tem o sentido de tornar similar e simultâneas as afecções presentes em duas ou mais consciências. Comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto). (MARTINO, 2011a, p. 23)

É natural concluir, então, que a construção de conhecimento, por exemplo, seja um dos vários casos em que os processos comunicativos participam ativamente do desenvolvimento humano. São vários os saberes que se voltam para os diversos aspectos da comunicação, mas, evidentemente, cada um à sua maneira (MARTINO, 2011a, p. 25). Entretanto, nenhum deles tem como propósito maior o estudo aprofundado da comunicação como um campo autônomo do conhecimento.

A Comunicação como saber autônomo é historicamente recente, portanto a necessidade de uma definição que a coloque em posição próxima aos outros saberes (MARTINO, 2011a, p. 25). A dificuldade para defini-la, porém, reside justamente no fato de ser um fenômeno tão amplo e com múltiplas abordagens possíveis. Martino (2011b, p. 29) observa que essa dificuldade se dá, neste caso, por haver uma relação dinâmica entre a Comunicação e as outras áreas do conhecimento. Por um lado, ela pode ser posicionada como a base que permite o desenvolvimento das outras ciências humanas, mas, por outro, também pode ser vista como o que estas outras ciências produzem como resultado. O autor, então, conclui que a Comunicação, em meio a este processo, passa por uma brusca guinada conceitual, transitando radicalmente do “sentido filosófico” ao “sentido interdisciplinar” e, com isto, limitando as possibilidades de sua singularização como saber. Além disto, o autor também chama atenção para a questão do objeto, uma vez não se tratar aqui

de “qualquer fenômeno comunicativo, mas apenas aqueles restritos à dimensão humana e mediatizados por dispositivos técnicos” (MARTINO, 2011b, p. 31), concluindo, então, que

Os processos comunicativos no interior da cultura de massa constituem certamente o objeto da Comunicação, mas a característica inalienável, e portanto mais própria a esta disciplina, reside na perspectiva que ela adota, ou seja, na interpretação desses processos tendo como base um quadro teórico dos meios de comunicação. (MARTINO, 2011b, p. 31)

A concepção de Comunicação do autor, portanto, parte da perspectiva dos meios de comunicação para fazer uma análise da sociedade, considerando, neste ponto de vista, tanto os meios de comunicação quanto a cultura de massa. Aponta, contudo, que “não se opõem, nem podem ser reduzidos um ao outro, ao contrário, eles exigem uma relação de reciprocidade e complementação” (MARTINO, 2011b, p. 31). Sua visão, entretanto, pede um melhor desenvolvimento, uma vez que abre margem para um entendimento de que somente a sociedade de massa permitiu o diálogo entre comunicação e cultura. Mais adiante, Martino afirma:

A emergência mesmo de nossa disciplina surge da necessidade de compreender este novo sentido dos processos comunicativos e que ela tem nas novas práticas que envolvem o uso dos meios de comunicação o seu objeto de estudo. (MARTINO, 2011b, p. 36)

Mas como se antecipar, afirmando que os processos comunicativos possuem um novo sentido, sem, antes, demonstrar quais seriam estas novas práticas, qual seria este novo sentido, e por que este uso dos meios de comunicação deveria ser seu objeto de estudo?

França (2011, p. 41) reconhece a evidência de que o ser humano sempre se comunicou, pois entende que “os primeiros agrupamentos humanos, aquilo que podemos intuir como o embrião da vida social, apenas se constituíram sobre a base das trocas simbólicas, da expressividade dos homens”. Retira daí uma descrição de comunicação, ou das trocas simbólicas, como um elemento constitutivo e, principalmente, necessário à formação e ao desenvolvimento da vida social. Descarta, por isto, a possibilidade de a comunicação ser somente uma criação moderna. Pelo contrário, a modernidade simplesmente deu continuidade ao desenvolvimento da comunicação, “promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização” (FRANÇA, 2011, p. 41).

A compreensão do que seria o objeto da comunicação parte muito mais de uma construção conceitual do que simplesmente um processo descritivo. Na sua visão, França (2011, p. 42) não se limita aos “objetos ‘comunicativos’ do mundo” para descrever o objeto da comunicação, mas vai além, buscando “uma forma de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente”. Sua sugestão é, em tentativa de descrever a natureza de um objeto de conhecimento, que esta se baseie justamente no “próprio processo de conhecimento, a partir de suas ferramentas”, conjuntamente com o que chama de “estoque cognitivo”, no qual se parte do conhecimento já adquirido e disponível para se poder alcançar e produzir novos conhecimentos (FRANÇA, 2011, p. 42). Por outro lado, é

essencial perceber que o significado de “conhecer” não é somente observar a realidade, mas um processo que implica “apreender o mundo através de esquemas já conhecidos, identificar no novo a permanência de algo já existente ou reconhecível” (FRANÇA, 2011, p. 43). Por isto, França (2011, p. 45) enxerga o conhecimento científico como um procedimento de interação com a realidade, mas mantendo simultaneamente uma relação de proximidade e afastamento.

Reafirmando a presença das formas comunicativas em meio à cultura e à sociedade, França (2011, p. 44) também chama atenção especificamente para os meios de comunicação, ressaltando que sua exposição e seu uso permanente “fazem deles práticas e objetos familiares e amplamente conhecidos pelos membros da sociedade”. Com isto em mente, à modernidade vincula diretamente a transformação da comunicação em problema, pois este período “levantou questões em torno de uma prática até então natural, naturalizada” (FRANÇA, 2011, p. 46). Entretanto, também admite haver dificuldade de sistematização na área, caracterizando a teoria da comunicação como uma heterogeneidade de correntes e concepções (FRANÇA, 2011, p. 58). É importante não perder de vista a concretude da realidade comunicativa sobre a qual se dirige um estudo, uma vez que é justamente esta realidade que garante e possibilita seu “papel explicativo” e, portanto, “sua razão de ser” (FRANÇA, 2011, p. 49).

Sem dúvida, a realidade comunicativa deve ter como fator principal o ser humano. Consequentemente, o contexto inevitável desta realidade é de aspecto social. Hohlfeldt (2011, p. 61) analisa a incapacidade do ser humano de “viver isolado e solitário”, justificando, com isso, a sua conclusão de que “o fenômeno da comunicação é também um fenômeno social”. A comunicação, segundo o autor, “se dá através da linguagem e implica um número maior de elementos que uma só pessoa” (HOHLFELDT, 2011, p. 62). Mas não limita os processos comunicacionais simplesmente ao aspecto social. Pelo contrário, lembra da importância do contexto histórico. Ele reconhece a especificidade de cada época ao buscar “concretizar os processos comunicacionais”, enxergando um vínculo entre o desenvolvimento da comunicação e os objetivos e funções a ela atribuídos, que mudam conforme a época (HOHLFELDT, 2011, p. 64).

## 2.2 Comunicação e sociedade de Massa

Como se afirmou, a Comunicação como campo de estudo surgiu após a modernidade, que, por sua vez, se caracterizou por estabelecer um modelo de sociedade de massa. Ferreira (2011, p. 106) descreve a massa como sendo “formada por indivíduos atomizados, reclusos nos seus espaços privados”. Neste contexto, segundo o autor, os meios de comunicação de massa se destacam por permitirem a estes indivíduos que se reconectem com a sociedade. O autor entende que o paradigma da sociedade de massa, no qual se baseia a análise

dos meios de comunicação, possui duas características marcantes em sua descrição: “de um lado, a imperante organização social e, de outro, os indivíduos moldados por tais organizações” (FERREIRA, 2011, p. 107). No que diz respeito às análises dos meios de comunicação, este paradigma propõe uma “leitura sociológica e psicológica”, considerando no indivíduo o domínio da subjetividade, “totalmente forjada pelas novas modalidades sociais” (FERREIRA, 2011, p. 107). Ferreira (2011, p. 108) argumenta que a falência das instituições, bem como o enfraquecimento dos laços formados pelas relações interpessoais em meio à sociedade – que, por sua vez, permitem a sociabilização do indivíduo – resultam na perda de vínculos entre o indivíduo – ou homem-massa – e a sociedade em geral. Segundo ele, “um pré-requisito de todas as abordagens que utilizam o paradigma da sociedade de massa” é considerar o indivíduo em sua “fragilidade e impotência”. Este indivíduo, isolado, é em seguida reinserido na sociedade graças aos meios de comunicação (FERREIRA, 2011, p. 108).

## 2.3 Comunicação e Semiótica

Considerando que o fenômeno da comunicação se dá por meio da linguagem, Machado (2011, pp. 279-280) sugere uma alternativa para o entendimento deste fenômeno, que valoriza, nas suas palavras, a “dinâmica dialógica transformadora da informação em linguagem e, conseqüentemente, da mensagem em instância produtora de sentido dentro do circuito de responsabilidade”. Destaca, desta forma, a valorização do ambiente interativo produtor de discursos bivocais, além da transmutação da informação em códigos de emissão e recepção. Com a transmutação da informação em código na constituição da mensagem deslocada para o centro da abordagem, define-se, então, o estudo semiótico da comunicação (MACHADO, 2011, pp. 279-280). Esta concepção, segundo a autora, “pressupõe tanto a decodificação quanto a recodificação que denuncia a interferência no código de partida” e, por isto, a mensagem é entendida como

um processo dinâmico de significação que implica tanto a operação conjunta entre fonte e recepção para codificar a informação, quanto a variedade de códigos que entram em ação no processo de recodificação, (MACHADO, 2011, pp. 279-280)

concluindo que, além da “ideia de transporte espacial”, a semiótica da comunicação busca compreender “a semiose que envolve a interação de códigos” (MACHADO, 2011, pp. 279-280).

A abordagem semiótica da comunicação, segundo Machado (2011, pp. 283-284), busca enxergar a produção de mensagem como “produção de linguagem em ação na e da cultura”. Com isto, pretende entender na linguagem tanto a constituição dos vários sistemas de signos, como a construção do sentido. Então, Machado (2011, pp. 283-284) afirma haver linguagem na cultura, descrevendo-a como “potencialidade de que diferentes sistemas de signos dispõem para produzir mensagens”. Machado (2011, pp. 283-284), então,

é levada a concluir que a ocorrência de um sistema de signos implica necessariamente a ocorrência de uma mensagem a partir de uma linguagem, como é possível observar em sua afirmação: “onde houver sistema organizado de signos haverá linguagem produzindo mensagem”. Portanto, ao concluir que o mundo sempre é potencialmente um produtor de informações, é importante ter consciência de que os “objetos de cultura” só podem ser concebidos como tais se estas informações se organizarem em linguagem, constituindo, deste modo, os “signos para os quais buscamos significações” (MACHADO, 2011, p. 285). Então, a abordagem sugerida deve ser pensada, nas palavras da autora, “como disciplina para a compreensão dos sistemas de signos imersos na cultura” (MACHADO, 2011, p. 285).

Machado (2011, p. 287) identifica comunicação com semiose, uma vez que, por entendê-la como um “processo”, em suas palavras, “só pode ser pensada como um exercício de liberdade do signo na produção da significação”. Daí, portanto, a importância em compreendê-la: não se limita a ser uma forma de aquisição da consciência de linguagem, mas, além disso, abre caminho para a leitura, bem como a significação, dos elementos que constituem e formam os sistemas da cultura (MACHADO, 2011, p. 287). Com esta compreensão é possível, segundo a autora, conceber o potencial de organização de informações, “uma das propriedades inalienáveis da comunicação”, em linguagens de codificações diversas (MACHADO, 2011, p. 288).

Analisar, como uma das bases da semiótica, os signos – e suas significações – produzidos e compreendidos em um contexto cultural (MACHADO, 2011, p. 288) é o que a autora propõe como discussão, pois entende como centrais a multiplicidade e a diversidade das manifestações do que se pode considerar como linguagem – reconhecendo uma interpretação ampla deste conceito. Também considera, em especial, a interação de pessoas com outras pessoas – e de pessoas com o ambiente –; e o uso de linguagens criadas sob determinação de funções específicas de mediação. Estas linguagens, por sua vez, dividem-se em dois tipos, segundo afirma a autora: “as linguagens secundárias (como as da arte) ou as linguagens artificiais (como a simbologia científica)” (MACHADO, 2011, p. 288). Constata, então, o papel livre do signo na produção de sentido, além de destacar, no que diz respeito à dinâmica da semiose, a ampliação das possibilidades de significação, concluindo que “a produção de sentido sintetiza a grande aventura do homem como agenciador de signos na cultura” (MACHADO, 2011, p. 288).

Retomando a íntima relação que há entre a comunicação e o ser humano – e a sociedade em geral – Machado (2011, p. 288) define os seres humanos como sendo “animais produtores de sentido por excelência”. É com isto em mente, e sob a ideia de um “denominador comum”, que é levada a afirmar que “o estudo dos signos e das significações ocupa o centro da investigação não apenas da semiótica mas das ciências humanas em geral”, mas sem esquecer que “a abordagem semiótica apresenta a compreensão do sentido como fruto da construção da enunciação” (MACHADO, 2011, pp. 288-289). Porém, uma vez que a disciplina da Linguística já tem, de fato, uma preocupação com a produção de sentido, a autora sente necessidade de desenvolver seu pensamento:

Se coube à linguística examinar a produção de sentido em situações socioculturais de interação verbal, à semiótica se reservou a tarefa de compreender outros sistemas da cultura que não necessariamente verbais mas produtores, igualmente, de linguagem. (MACHADO, 2011, pp. 288-289)

Quanto aos estudos da cultura pela semiótica, é notável a possibilidade de analisar a linguagem, como sistema de signos, sob um aspecto que a evidencia como “instância de controle de comportamentos sociais na cultura” (MACHADO, 2011, pp. 288-289), mostrando ser uma abordagem de amplo alcance. Apesar de inicialmente se propor a estudar os signos e as significações em meio a um contexto envolvendo a linguagem verbal humana, bem como sistemas culturais já consolidados, a pesquisa semiótica cada vez mais se viu abordando outros domínios, graças à descoberta de que sistemas semióticos não estudados pela Linguística tradicional também produzem sentidos em seus respectivos contextos (MACHADO, 2011, p. 289). Neste processo, segundo Machado (2011, p. 289), este tipo de pesquisa “encontrou não a linguagem da arte, mas as linguagens da comunicação mediada, ou seja, dos sistemas de signos agenciados pelos meios, pelas tecnologias da informação ou novas mídias”.

A autora ressalta a importância dos meios de comunicação neste processo que culminou no redimensionamento das concepções de produção de sentido, bem como da própria semiose, “colocando no centro da investigação a ação produtiva”. Então, produzir sentido não é mais simplesmente a transmissão de “algo já dado”, mas, segundo as considerações da autora, “construir uma dimensão sensível em ato de troca” (MACHADO, 2011, pp. 289-290). Esta perspectiva converge perfeitamente com o que, como já se viu logo no início deste texto, afirma Martino:

Comunicar tem o sentido de tornar similar e simultâneas as afecções presentes em duas ou mais consciências. Comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto). (MARTINO, 2011a, p. 23)

Sobre a semiose, aponta ainda para a relação entre “redimensionamento do sentido” e “reordenamento dos sistemas de signos na cultura” que este tipo de abordagem propõe. Além de fornecer ferramentas teóricas para compreender os signos como semiose, ou “processamento dinâmico da informação”, também mantém um compromisso de constante reavaliação do próprio corpo teórico, gerando, por sua vez, novas indagações sobre domínios mais tradicionais, de conhecimentos mais consolidados (MACHADO, 2011, p. 290)

Quanto à produção de sentido por meio de comunicação mediada, evidencia-se a presença de “relações que os diferentes sistemas semióticos travam entre si” (MACHADO, 2011, pp. 293-294). Em seguida, retomando a questão da linguagem, afirma haver um novo entendimento de informação, sendo agora “aquilo que torna possível a significação”, o que não quer dizer que seja limitada ao ato comunicativo (MACHADO, 2011, pp. 294-295). Portanto, Machado (2011, pp. 294-295) enxerga, na base do pensamento semiótico, um



fenômeno de dois aspectos: comunicação e informação. Este fenômeno é a significação, passando a ser “um dos problemas fundamentais de todas as ciências do ciclo semiótico”.

Entretanto, a relação entre estes três aspectos – comunicação, informação e significação – requer, segundo a autora, a distinção entre quatro elementos: informação, comunicação, significação e mensagem. A informação é a “propriedade das mensagens definida pela variação e atualização agenciadora de potencial da semiose”. A comunicação é o “princípio organizador da troca interativa entre moléculas, células, organismos, seres humanos, máquinas, capaz de impedir a entropia”. A significação é o “processo gerado pelo modo como a informação é codificada; diz respeito à descodificação e à recodificação em contextos enunciativos”. A mensagem é a “configuração organizada a partir de uma determinada codificação ou linguagem de um critério de significação produtor da enunciação e, conseqüentemente, do sentido” (MACHADO, 2011, p. 296).

A autora também entende que, no âmbito da relação de consciências, “Ter e Ser sentido são instâncias produtivas diferentes”, o que permite compreender a comunicação mediada (MACHADO, 2011, pp. 289-290). Em suas palavras:

Se McLuhan entendeu os meios de comunicação como extensões dos sentidos, fazendo corresponder para cada sentido um meio específico, o pensamento que situa os meios como lugar de processamento da semiose permite trabalhar com a confluência de sentidos. (MACHADO, 2011, pp. 289-290)

Ela conclui ser necessário um diálogo com McLuhan, atribuindo ao autor a concepção dos meios como extensões do homem: “cada meio explicitava um órgão dos sentidos”, mas “os meios se reportavam a uma única codificação” (MACHADO, 2011, p. 306). Então, sintetiza seu raciocínio, afirmando serem os meios “tradutores de informações sensoriais que se exprimiam pelo código”.

## 2.4 Marshall McLuhan

McLuhan, antes de começar a desenvolver seu pensamento, aponta para a existência de dois momentos distintos: a “idade mecânica” (ou “era mecânica”) e a “idade elétrica” (ou “era elétrica”). Ele entende que, na idade mecânica, “muitas ações podiam ser empreendidas sem maiores preocupações”, pois “a lentidão do movimento retardava as reações por consideráveis lapsos de tempo” (MCLUHAN, 2007, p. 18). No entanto, na idade elétrica, “ação e reação ocorrem quase que ao mesmo tempo”. Isto se dá, segundo ele, por vivermos “integralmente”, mas com o pensamento ainda imerso nos “velhos padrões da idade pré-elétrica e do espaço e tempo fracionados” (MCLUHAN, 2007, p. 18).

Refletindo sobre a nova era elétrica, sua percepção é de que, no ser humano, o sistema nervoso central está “tecnologicamente projetado”, de modo a permitir um envolvimento com toda a Humanidade, mas com a consequência de “termos necessariamente

de envolver-nos, em profundidade, em cada uma de nossas ações” (MCLUHAN, 2007, p. 18). Contextualiza sua percepção, justificando que “o globo já não é mais do que uma vila”, uma vez que a velocidade elétrica, permitindo a concentração de funções – sociais e políticas –, segundo ele, “elevou a consciência humana de responsabilidade a um grau dos mais intensos” (MCLUHAN, 2007, p. 19). Descrevendo a “aspiração de nosso tempo pela totalidade, pela empatia e pela conscientização profunda” como um “corolário natural de expressão na afirmação veemente da perspectiva particular” (MCLUHAN, 2007, p. 19), o autor não nega as peculiaridades inerentes a cada cultura, mas acrescenta que é característico dos novos tempos que os padrões impostos sejam questionados e confrontados, e entende como justificativa a influência de uma nova tecnologia. Define como “novo estalão” o efeito da introdução desta nova tecnologia nas vidas dos indivíduos, se certificando, como resultado, das “consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos” (MCLUHAN, 2007, pp. 21-22).

Utilizando-se da luz elétrica como exemplo, afirmando ser esta “informação pura” e, portanto, “um meio sem mensagem”, conclui: “o ‘conteúdo’ de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo”, afirmando ser esta uma característica essencial de todos os meios (MCLUHAN, 2007, p. 22). Graças a esta perspectiva, formula: “o meio é a mensagem”, uma vez que, na sua visão, os meios têm impacto direto nas “ações e associações humanas” (MCLUHAN, 2007, p. 23). Partindo disso, aponta uma falha nos estudos dos meios, pois entende que, em qualquer meio, o conteúdo é um obstáculo para a compreensão da natureza deste meio (MCLUHAN, 2007, p. 23). Apesar disto, reconhece que algumas abordagens de estudo dos meios, além de considerar o conteúdo, também já consideram “o próprio meio e a matriz cultural em que um meio ou veículo específico atua” (MCLUHAN, 2007, p. 25).

O autor também descreve o resultado da velocidade elétrica como sendo uma mistura das “culturas da pré-história com os detritos dos mercadologistas industriais, os analfabetos com os semiletrados e os pós-letrados”, considerando, inclusive, as crises – nervosas e mentais – às quais o indivíduo é submetido, graças às novas “estruturas informacionais” e sua quantidade excessiva de informações (MCLUHAN, 2007, p. 31). Não deixa, portanto, de enxergar as relações que se estabelecem, nos mais diversos níveis, entre a nova tecnologia e o contexto no qual ela surge e sobre o qual exercerá sua influência. Mais que isso, McLuhan partilha de uma visão na qual a tecnologia afeta zonas mais sutis e normalmente pouco perceptíveis para o indivíduo – e para a sociedade em geral –, pois, segundo ele, “os efeitos da tecnologia não ocorrem aos níveis das opiniões e dos conceitos: eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, num passo firme e sem qualquer resistência” (MCLUHAN, 2007, p. 34).

Contudo, como os meios têm características diferentes entre si, McLuhan divide-os em dois grupos: meios quentes e meios frios. Para isto, considera que chama de



“intensidade” – ou “definição”; ou “saturação” –, específica de cada meio, podendo um meio ser de alta ou baixa intensidade (MCLUHAN, 2007). McLuhan (2007, p. 39-40) percebe, então, inúmeros exemplos nos quais “a forma quente exclui e a forma fria inclui”, sendo a fragmentação e a especialização os produtos da intensidade, ou alta definição. Isto explicaria, segundo ele, o motivo da necessidade de um “esfriamento” da experiência: “toda experiência intensa deve ser ‘esquecida’, ‘censurada’ e reduzida a uma estado bastante frio antes de ser ‘aprendida’ ou assimilada”. Ele explica que o objetivo é proteger o sistema de valores, bem como o sistema nervoso, “arrefecendo e esfriando bastante as arremetidas da experiência”, mas conclui que isto gera na sociedade uma espécie de apatia generalizada. O autor observa que este processo resulta “num perpétuo estado de rigor mortis psíquico, ou de sonambulismo, particularmente notável em períodos de novas tecnologias” (MCLUHAN, 2007, pp 39-40).

Então, voltando à sua ideia de “aldeia” ou “vila global” (MCLUHAN, 2007, p. 19), o autor enxerga uma tendência de retorno da sociedade a uma estrutura que chama de “tribal”. Ele entende que, analisados como meios, “o dinheiro, a roda, a escrita ou qualquer forma especializada de aceleração, de intercâmbio e de informações, operam no sentido da fragmentação da estrutura tribal” (MCLUHAN, 2007, pp. 40-41). Entretanto, também observa que, ao mesmo tempo, acentuar a aceleração influencia o processo de restauração dos “padrões tribais de envolvimento intenso” (MCLUHAN, 2007, pp. 40-41). Partindo de uma divisão entre “tecnologias especializadas” e “tecnologia elétrica não especializada”, McLuhan entende que aquelas “destribalizam”, enquanto esta “retribaliza” (MCLUHAN, 2007, pp. 40-41). Então, o autor percebe a necessidade das pessoas de se basearem em situações passadas para que possam lidar com novas situações, e afirma que “o processo de perturbação resultado de uma nova distribuição de habilidades vem acompanhado de muita defasagem cultural” (MCLUHAN, 2007, pp. 40-41).

Em contraponto à dita “idade mecânica”, ao refletir sobre as mensagens, bem como seu conteúdo e seus efeitos, McLuhan (2007, pp. 42-43) se baseia na “nova configuração e estruturação elétrica da vida”, que gradualmente aumenta a oposição a “velhos processos e instrumentos de análise”. Estes, por sua vez, o autor descreve como “lineares e fragmentários”, e percebe, por isto, uma tendência maior para estudos relacionados ao efeito social das mensagens, com um conseqüente distanciamento de estudos sobre o conteúdo das mensagens. Segundo ele, a explicação para esta mudança é de que “o efeito envolve a situação total e não apenas um plano do movimento da informação”, o que seria, em suas palavras, uma “mudança básica de nosso tempo” (MCLUHAN, 2007, pp, 42-43).

McLuhan, desenvolvendo sua proposta dos meios como extensões dos sentidos, admite como possibilidade, desde o início, que o surgimento da imprensa, bem como, em decorrência, “as sucessivas mecanizações dos vários órgãos físicos”, tenha, em suas palavras, resultado em uma “experiência social por demais violenta e exacerbada para

o sistema nervoso central” (MCLUHAN, 2007, pp. 61-62). Reafirma que uma invenção ou tecnologia sempre deve ser vista também como uma extensão ou, mais precisamente, uma “auto-amputação” do corpo humano, sem esquecer, contudo, da exigência de “novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo” (MCLUHAN, 2007, p. 63). Por isto, conclui não haver alternativa senão se abrir às novas relações ou à anestesia televisiva (MCLUHAN, 2007, p. 63).

McLuhan esclarece o quão profunda a incorporação da tecnologia pode ser, concebendo-a como necessária até, uma vez que, afirma, “contemplar, utilizar ou perceber uma extensão de nós mesmos sob forma tecnológica implica necessariamente em adotá-la” (MCLUHAN, 2007, p. 64). Segundo ele, para que se possa fazer uso destes objetos que são “objetos-extensões-de-nós-mesmos”, é preciso, antes, “servi-los, como a ídolos ou religiões menores” (MCLUHAN, 2007, p. 63).

Quanto a isto, o autor sugere dois aspectos. O aspecto fisiológico, sobre o qual afirma que o ser humano, ao fazer uso da tecnologia, “é perpetuamente modificado por ela”, mas, simultaneamente, também “sempre encontra novos meios de modificá-la” (MCLUHAN, 2007, p. 65). O aspecto social, por sua vez, está permeado por um acúmulo de “pressões e irritações grupais”, conduzindo “à invenção e à inovação como contra-irritantes”. Descrevendo este contexto como “intensivo e híbrido intercâmbio e luta de ideias e de formas”, o autor afirma ser nestes momentos que são desenvolvidas as tecnologias mais avançadas (MCLUHAN, 2007, p. 65).

McLuhan nega a possibilidade de uma consciência da tecnologia como extensão do corpo antes do surgimento da eletricidade, uma vez que foi esta que, segundo afirma, “nos forneceu os meios da consciência imediata do campo total” (MCLUHAN, 2007, pp. 65-66). Inclusive, o autor introduz a ideia de uma “consciência social” que, por sua vez, seria vista como a origem dos sentimentos de culpa, uma vez que, como observa, a “vida subliminar, privada e social, foi desvendada por completo” (MCLUHAN, 2007, pp. 65-66). Entretanto, McLuhan (2007, p. 67) faz questão de ressaltar que os meios devem ser concebidos como “agentes produtores de acontecimentos”, mas não como “agentes produtores de consciência”. Revela também que, sob o nome de ‘hibridização’, que nada mais é senão a combinação destes agentes, há, então, “uma oportunidade especialmente favorável para a observação de seus componentes e propriedades estruturais” (MCLUHAN, 2007, p. 67). O indivíduo – especificamente, o indivíduo ocidental –, portanto, busca se tornar independente da sociedade, pois, afirma,

A perspectiva imediata para o homem ocidental, letrado e fragmentado, [...] é a de transformar-se rápida e seguramente numa criatura profundamente estruturada e complexa, emocionalmente consciente de sua total interdependência em relação ao resto da sociedade humana. (MCLUHAN, 2007, p. 69)

Ao comentar a hibridização, concebendo um híbrido como um encontro de dois meios (MCLUHAN, 2007, p. 75), explica que os meios têm a capacidade de estabelecer “novos índices relacionais”, sem, contudo, se limitarem aos sentidos particulares do indivíduo,

mas “também entre si, na medida em que se inter-relacionam” (MCLUHAN, 2007, p. 72). Portanto, em suas palavras, este encontro entre meios seria “um momento de liberdade e libertação do entorpecimento e do transe que eles impõem aos nossos sentidos” (MCLUHAN, 2007, p. 75).

A partir deste ponto, McLuhan discorre sobre os meios de modo mais específico, a começar pela palavra falada, que, segundo ele, teria sido a primeira tecnologia a permitir que o ser humano se desvinculasse do ambiente para, então, “retomá-lo de novo modo” (MCLUHAN, 2007, pp. 76-77). McLuhan (2007, pp. 76-77) descreve as palavras como uma “recuperação da informação” com a capacidade de se remeter à “totalidade do ambiente e da experiência”; são também, afirma, “sistemas complexos de metáforas e símbolos” que permitem de modo inédito a tradução da experiência para os sentidos. Sendo a palavra, então, concebida como “tecnologia da explicitação”, e graças à sua capacidade de traduzir a “experiência sensorial imediata em símbolos vocais”, surge a possibilidade de se construir uma memória – coletiva e individual –, uma vez que, como afirma, “a totalidade do mundo pode ser evocada e recuperada, a qualquer momento”. Neste sentido, McLuhan (2007, p. 77) observa que na era da eletricidade a tendência é uma “extensão tecnológica da consciência”, considerando a crescente tradução do ser humano em informação, o que o leva a afirmar:

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores [...] serão traduzidas em sistemas de informação. (MCLUHAN, 2007, p. 77)

Destacando a diferença entre palavra falada e palavra escrita, McLuhan afirma que aquela “envolve todos os sentidos intensamente” (MCLUHAN, 2007, pp. 95-96), enquanto esta, por sua vez, age “de maneira relativamente lenta e rude”, desafiando, então, o que seria “imediatamente e implícito na palavra falada” (MCLUHAN, 2007, p. 97). Ao comparar a linguagem à roda e a inteligência aos pés (MCLUHAN, 2007, pp. 97-98), o autor sugere haver, com a linguagem, projeção e ampliação do ser humano, mas, ao mesmo tempo, divisão de suas faculdades. Por este motivo, admite, “a consciência coletiva e o conhecimento intuitivo ficam diminuídos por esta extensão técnica da consciência que é a fala”.

Quanto à divisão das faculdades humanas causada pela linguagem, McLuhan (2007, p. 107) é capaz de enxergar também uma relação entre experiência fragmentada e “mudanças formais mais rápidas” – especificamente, segundo o autor, o conhecimento aplicado –, ao que chama de “domínio ocidental tanto sobre o homem como sobre a natureza”. Segundo ele, o alfabeto – e, por extensão, a linguagem – é determinante neste processo, graças ao seu potencial de transformação e controle, que uniformiza e torna contínuas todas as situações, o que se intensifica devido à “uniformidade e repetibilidade da descoberta de Gutenberg”. É importante destacar a seguinte afirmação do autor: “A civilização se baseia na alfabetização”. Portanto, da mesma forma, lembrando que o autor interpreta a palavra em geral como uma “tecnologia da explicitação” (MCLUHAN,

2007, pp. 76-77), além de explicitar a linguagem como decisiva para o surgimento e o desenvolvimento da civilização, é perfeitamente possível fazer o movimento, quase natural, de posicionar a linguagem como o centro da questão.

## 2.5 Círculo de Bakhtin

A centralidade da linguagem foi o principal tema a ser desenvolvido pelos membros do grupo conhecido como “Círculo de Bakhtin”, composto pelo pensador russo Mikhail Bakhtin e seus colegas. Suas ideias, em geral, e sua filosofia da linguagem, em particular, levam Faraco (2017b, p. 17) a afirmar: “O Círculo de Bakhtin trouxe uma contribuição original para aqueles debates”. Porém, faz uma ressalva, admitindo que suas “implicações heurísticas não foram ainda de todo exploradas”. Em primeiro lugar, segundo Faraco, Bakhtin estabelece como base de seu pensamento a existência de um dualismo entre o que chama de “mundo da teoria” e “mundo da vida” (FARACO, 2017b, p. 18). O mundo da teoria é descrito como sendo o “mundo do juízo teórico”, bem como o “mundo da cultura”, no qual o autor entende que “os atos concretos de nossa atividade são objetificados na elaboração teórica de caráter filosófico, científico, ético e estético”. Já o mundo da vida é tido como o “mundo da historicidade viva, o todo real da existência de seres históricos e únicos que realizam atos únicos e irrepetíveis, o mundo da unicidade irrepetível da vida realmente vivida e experimentada”.

Além disto, Faraco observa que, desde seu primeiro texto, Bakhtin

Será um crítico contumaz do racionalismo, isto é, de um pensamento em que interessa o universal e jamais o singular; a lei geral e jamais o evento; o sistema e jamais o ato individual; um pensamento que contrapõe o objeto [...]. (FARACO, 2017b, pp. 19-20)

Para o autor, entende-se aqui racionalismo como “o único espaço da racionalidade, da compreensão lógica”, que é posto em oposição ao subjetivo, individual e singular. Estes, por sua vez, devem ser entendidos, segundo o autor, como o “espaço do fortuito, do irredutível à compreensão lógica” (FARACO, 2017b, pp. 19-20). Portanto, Bakhtin se opõe à ideia de um sistema no qual “não há espaço para o individual, o singular, o irrepetível, o evêntico” (FARACO, 2017b, pp. 19-20). O entendimento, então, é de que o sujeito, percebendo-se como único, em sua própria existência, é impedido de se manter indiferente frente a esta sua unicidade; pelo contrário, ao sujeito é necessário não somente se posicionar, mas responder à unicidade, uma vez que, afirma, “não temos alibi para a existência” (FARACO, 2017b, p. 21).

Admite-se, então, a ideia de que tanto o “eu” quanto o “outro” sejam, cada um, um “universo de valores”, pois as relações entre o “eu” e o mundo e entre o “outro” e o mundo são essencialmente distintas. Possuem valorações de tipos diferentes, determinadas

sob “diferentes quadros axiológicos”, mesmo se tratando de um mesmo mundo (FARACO, 2017b, pp. 21-22). As diferenças também são “arquiteticamente ativas”, por constituírem nossos atos e também, vale ressaltar, nossos enunciados. Isto ocorre porque, segundo o autor, “é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam” e, portanto, a orientação dos atos se dá no “plano dessa contraposição axiológica” – ou “plano da alteridade”. Faraco chega à conclusão de que são justamente estes fatores – “a unicidade do ser e do evento”, ou seja, a “consequente necessidade de não separar o mundo da teoria do mundo da vida”, bem como a “relação eu/outro e a dimensão axiológica” – os “eixos constantes e nucleares do pensamento bakhtiniano e de seus pares” (FARACO, 2017b, p. 22). Fiorin (2018, p. 20) resume a ideia do seguinte modo: “Há três eixos básicos do pensamento bakhtiniano: unicidade do ser e do evento; relação eu/outro; dimensão axiológica”. Afirma, com isto, serem estas as bases sobre as quais se desenvolverá a “concepção dialógica da linguagem”.

Segundo Fiorin (2018, p. 60), para o Círculo, “a subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito”, daí a compreensão de o sujeito não ser “assujeitado”, não se submetendo às estruturas sociais, nem ser “uma subjetividade anônima em relação à sociedade”. Parte disto vem da concepção de que a ação tem como princípio o fato de o sujeito atuar em relação aos outros e, portanto, “o indivíduo constitui-se em relação ao outro”. Os membros do Círculo concluem, então, segundo Fiorin (2018, p. 60), que “o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação”. Além disto, descrevendo a realidade como “centrífuga”, Fiorin (2018, p. 64) observa que este fato traz a possibilidade de “constituição de sujeitos distintos, porque não são organizados em torno de um centro único”. O autor parte da ideia de que o sujeito é um “evento único”, pois “interage concretamente com as vozes sociais de um modo único”, respondendo e reagindo, à sua maneira, sob o contexto de determinado “diálogo social”. Ele conclui, então, que “o sujeito é integralmente social e integralmente singular”.

Ao retomar a questão da linguagem, Faraco desta vez chama atenção para outro membro do grupo, Volóchinov, que, segundo o autor, “funda sua teoria do signo e do significado, bem como sua crítica ao objetivismo abstrato em linguística nos mesmos termos pressupostos”, afirmando que o falante e sua consciência não se orientam pelo sistema da língua, “mas pelo novo, pelo irrepetível do enunciado, pelo concreto de sua singularidade, pelo horizonte social avaliativo” (FARACO, 2017b, p. 23), concluindo que “a dimensão axiológica é, portanto, parte inalienável da significação da palavra viva” (FARACO, 2017b, pp. 24-25). Por isto, segundo o autor, Bakhtin descarta a possibilidade de haver “enunciados neutros”, pois entende que, para surgirem, todos os enunciados dependem de um envolvimento em um “contexto cultural saturado de significados e valores”, pois são também “sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto” (FARACO, 2017b, pp. 24-25). Por este motivo, Faraco afirma:

A abordagem da linguística é, na concepção bakhtiniana, insuficiente pelo fato de enfocar o enunciado exclusivamente como um fenômeno da língua, como algo puramente verbal, desvinculado do ato de sua materialização,

indiferente às suas dimensões axiológicas. (FARACO, 2017b, p. 25)

Por considerar a abordagem da linguística insuficiente, Bakhtin buscou uma alternativa para estudar a linguagem, de modo que, por um lado, pudesse se manter independente da linguística, mas que, por outro, não precisasse descartá-la. Segundo Faraco (2017b, p. 25), Bakhtin reconhece a importância da linguística, entendendo-a como um “conhecimento a que se deve recorrer”, mas admite sua insuficiência, por perceber que “a língua no mundo da vida tem dimensões constitutivas que escapam da razão teórica da linguística”. Bakhtin concebe a língua como sendo resultado de um desenvolvimento histórico que se manteve a serviço, principalmente, do “pensamento participativo e dos atos efetivamente realizados”, ou seja, do mundo da vida. O que chamou de “pensamento teórico”, entretanto, se fez participar deste processo somente posteriormente (FARACO, 2017b, p. 26). Apesar disso, Bakhtin alerta que “não devemos exagerar o poder da linguagem”, pois, apesar de assumir que “a unicidade do ser-como-evento e do ato realizado sejam passíveis de receber expressão verbal”, lembra que é preciso ter consciência de que “a verbalização total é inalcançável e permanecerá sempre como algo a ser atingido” (FARACO, 2017b, p. 26). Portanto, a interpretação de Faraco (2017b, p. 26) é de que há uma “crença nas possibilidades de verbalizarmos nossas experiências vividas a partir de seu interior”, sem que se descarte “o fato de que nunca conseguiremos expressá-las”, concluindo que “dar sentido ao vivido verbalmente é um processo possível, mas sempre aberto, sua completude é sempre postergada”.

Buscando um melhor aproveitamento das ideias e reflexões de Bakhtin, Faraco sugere que se faça um acompanhamento de sua concepção hermenêutica das ciências humanas, assumindo haver uma “aproximação destas de certo fazer filosófico mais conceitual e interpretativo” (FARACO, 2017b, p. 40). Percebe-se, na tradição hermenêutica, segundo Faraco (2017b, p. 41), que o “fazer científico nas ciências humanas se materializa por gestos interpretativos, por contínua atribuição de sentidos [...] e não por gestos matematizadores”. Citando Dilthey, explica a diferença de objeto entre as ciências da natureza e as ciências do espírito (FARACO, 2017b, p. 41). Nas ciências da natureza, que dizem respeito aos fenômenos naturais, o objeto é “estranho ao sujeito cognoscente no sentido de que o ser humano não pode conhecê-lo por dentro, a partir do interior”. Por outro lado, “o objeto das ciências do espírito (o mundo da cultura) não é estranho ao sujeito”, tendo em vista que o mundo da cultura é “a expressão de uma vivência humana que o sujeito cognoscente pode aqui conhecer de dentro do objeto”. Conclui, com isto, que

Enquanto metodologicamente o ideal das ciências da natureza é a explicação (encontrar do exterior relações necessárias entre os fenômenos), o das ciências do espírito é a compreensão (captar do interior, por uma experiência psíquica, por um sentir em conjunto com os outros, os significados das ações humanas). (FARACO, 2017b, p. 42)

Por outro lado, em Bakhtin, Faraco (2017b, p. 42) observa que a “consciência individual se constrói na interação, e o universo da cultura tem primazia sobre a consciência individual”. Além disto, lembra que a consciência individual deve ser compreendida sempre



considerando sua realidade semiótica, “constituída dialogicamente [...] e se manifestando semioticamente”, e sem esquecer que “o signo é, antes de tudo, social”. Para explicar, quanto à consciência individual em sua constituição dialógica, como se dá este “manifestar-se semioticamente”, o autor exemplifica:

Produzindo texto e o fazendo no contexto da dinâmica histórica da comunicação, num duplo movimento: como réplica ao já dito e também sob o condicionamento da réplica ainda não dita, mas já solicitada e prevista, já que Bakhtin entende o universo da cultura como um grande e infinito diálogo. (FARACO, 2017b, p. 42)

Daí se conclui, portanto, segundo o autor, que “a compreensão não é mera experiencição psicológica da ação dos outros, mas uma atividade dialógica que, diante de um texto, gera outro(s) texto(s)”, uma vez que se descarta a ideia de compreensão como um “ato passivo”, considerando-a, na verdade, “uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto” (FARACO, 2017b, p. 42).

Por isto, com esta concepção, Faraco (2017b, pp. 42-43) afirma: “Bakhtin, então, entende as ciências humanas [...] como ciências do texto”, sublinhando, paralelamente, serem estas as “ciências que tratam da criação ideológica”, citando Medvedev, também membro do Círculo e colega de Bakhtin. Bakhtin ainda descreve as ciências naturais como uma “forma de saber monológico”, apontando para o caráter descritivo destas ciências. Seu objetivo com isto é destacar a existência de uma oposição entre as características dos saberes, uma vez que, para ele, “as ciências humanas constituem uma forma de saber dialógico em que o intelecto está diante de textos que não são coisas mudas, mas a expressão de um sujeito” (FARACO, 2017b, pp. 42-43). Entretanto, vale ressaltar que todas as ciências, por estarem sempre, de algum modo, envolvidas na criação ideológica, produzem texto e, por isto, serão sempre consideradas atividades dialógicas (FARACO, 2017b, p. 43). O objetivo de Bakhtin é diferenciar as ciências com base em suas relações com o objeto, sejam estas relações monológicas ou dialógicas, nas ciências naturais ou humanas, respectivamente (FARACO, 2017b, p. 43). Fiorin (2018, p. 57) destaca a existência, em Bakhtin, de uma diferença nos entendimentos de texto e enunciado. O enunciado é descrito como “um todo de sentido, marcado pelo acabamento, dado pela possibilidade de admitir uma réplica”, de “natureza dialógica”, além de também ser “uma posição assumida por um enunciador”, ou seja, um sentido. Por outro lado, o texto é justamente a “manifestação do enunciado”, sendo, então, a “realidade imediata, dotada da materialidade que advém do fato de ser um conjunto de signos”. Fiorin (2018, p. 57) sintetiza esta diferença, então, relacionando o enunciado ao sentido, por um lado, e o texto à manifestação, por outro. É preciso, porém, segundo o autor, prestar atenção no entendimento de enunciado, uma vez que sua manifestação não se limita apenas ao aspecto verbal. Ele afirma que, na concepção de Bakhtin, o texto pode ser “qualquer ponto coerente de signos, seja qual for sua forma de expressão [...]”. É este o motivo que leva o autor a descrever a intertextualidade como

“relações dialógicas materializadas em textos”, pois entende que “toda intertextualidade implica a existência de uma interdiscursividade (relações entre enunciados), mas nem toda interdiscursividade implica uma intertextualidade” (FIORIN, 2018, p. 58).

Segundo Faraco, faz-se necessário esclarecer que, sendo a atividade científica uma “dimensão do universo da criação ideológica”,

Nos textos do Círculo, a palavra ideologia é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do ‘espírito’ humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura imaterial ou produção espiritual [...] e, igualmente, de formas da consciência social (FARACO, 2017b, p. 46)

sendo este termo, portanto, o que o Círculo utiliza para englobar “a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política”, ou, em termos marxistas, “todas as manifestações superestruturais” (FARACO, 2017b, p. 46).

Vale lembrar da centralidade do aspecto social, tanto quanto da linguagem, em todo o pensamento de Bakhtin e seus colegas. Por este motivo compreende-se que significação e processos sociais estão intimamente relacionados. Sobre os signos Faraco (2017b, p. 49) afirma que “para estudá-los, é indispensável situá-los nos processos sociais globais que lhes dão significação”, uma vez que permeiam todas as relações sociais. Eles estão entre “seres socialmente organizados”, o que explica o motivo de não ser possível concebê-los como “resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado”, tampouco serem “determinados apenas por um sistema formal abstrato”. Para isto, é necessário pensar na dinâmica da história que, diversa e complexa, em cada contexto espaço-temporal, constitui “diferentes axiologias, porque são diferentes e múltiplas as experiências que nela se dão” (FARACO, 2017b, p. 52). Faraco (2017b, p. 52) enxerga neste processo a origem das “inúmeras semânticas, as várias verdades, os inúmeros discursos, as inúmeras línguas ou vozes sociais [...] com que atribuímos sentido ao mundo”, pois os processos de significação sempre contêm, no conjunto de seus elementos constitutivos, estas axiologias.

Bakhtin, indo além do que se chamou de “ciência da linguagem verbal”, buscou ampliar as perspectivas sobre o entendimento da língua. Faraco (2017b, p. 57) afirma que esta ciência se preocupou principalmente com a “estratificação das formas gramaticais”, buscando “correlacionar formas gramaticais com o tempo e o espaço geográfico”. Entretanto, mais que um conjunto de elementos espaciais, temporais e sociais, a língua, no entendimento do Círculo, é um “conjunto indefinido de vozes sociais”, pois “todo esse universo de variedades formais está também atravessado por outra estratificação, que é dada pelos índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais” (FARACO, 2017b, p. 57). Por este motivo Faraco (2017b, p. 58) entende que a “metáfora do diálogo” foi adotada pelo Círculo de Bakhtin, uma vez que este “jogo de forças” faz parte da “dinâmica inerente ao universo da criação ideológica”. Para Fiorin



(2018, pp. 30-31), o motivo por trás da adoção desta perspectiva está no entendimento de que “todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem”.

A metáfora do diálogo consegue adequadamente representar a característica essencialmente dinâmica da cultura, permitindo fundar uma filosofia da cultura. Assim, percebe-se as vozes sociais “numa intrincada cadeia de responsividade”, pois “os enunciados, ao mesmo tempo que respondem ao já dito [...], provocam continuamente as mais diversas respostas” (FARACO, 2017b, pp. 58-59). Quanto a isto, Fiorin (2018, p. 22) explica que a realidade sempre se apresenta “semioticamente, ou seja, linguisticamente”, visto que “não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos”. Vai além, afirmando que “todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam” (FIORIN, 2018, p. 22). Faraco também afirma que, para Bakhtin, a responsividade está intrínseca à natureza da cultura, ao que chama, então, de “grande diálogo”. Por este motivo, os membros do Círculo consideram o diálogo como um “documento sociológico”, justamente por ser nele possível identificar mais diretamente as vozes sociais em interação (FARACO, 2017b, p. 61). O autor ainda observa que o interesse, então, se volta para o “colóquio ideológico em grande escala”, para Volóchinov, ou “simpósio universal”, para Bakhtin.

O diálogo, por isto, se torna tão relevante quanto “uma obra literária, um trabalho filosófico, um texto religioso”. Entretanto, dar ao diálogo este tipo de relevância é entendê-lo como uma

Estrutura socioideológica, na qual os interactantes são seres socialmente organizados, situados e agindo num complexo quadro de relações socioculturais, no interior do qual se manifestam relações dialógicas [...]. (FARACO, 2017b, p. 65)

Por relações dialógicas Faraco (2017b, p. 65) explica que Bakhtin entende como “quaisquer enunciados, se postos lado a lado no plano do sentido”. Não há separação ou distância, nem temporal, nem espacial, que impeça o estabelecimento de uma relação dialógica, desde que haja este confronto no plano do sentido. Além disso, é possível haver uma relação dialógica “em qualquer ponto do vasto universo da criação ideológica, do intercâmbio sociocultural”. Outro aspecto das relações dialógicas é que elas “não podem ser reduzidas a relações de ordem lógica, linguística [...], psicológica, mecânica ou natural”, dado sua singularidade como relações de sentido, se estabelecendo “entre enunciados ou mesmo no interior de enunciados [...].” (FARACO, 2017b, p. 66). Entretanto, explica, para que elas sejam possíveis,

É preciso que qualquer material linguístico (ou de qualquer outra materialidade semiótica) tenha entrado na esfera do discurso, tenha sido transformado num enunciado, tenha fixado a posição de um sujeito social, (FARACO, 2017b, p. 66)

ou seja, conclui o autor, “estabelecer com a palavra de outrem relações de sentido de

determinada espécie, [...] que geram significação responsivamente a partir do encontro de posições avaliativas” (FARACO, 2017b, p. 66).

Fiorin (2018, pp. 21-22) observa que “todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos”. Além disso, também entende que, nos enunciados, a palavra é internamente dialogizada, também sempre havendo nela a palavra de um outro. Por isto, admite, “todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio”, uma vez que, na constituição de um discurso, o enunciador deve considerar também o “discurso de outrem, que está presente no seu”. Assim, define o dialogismo como “as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados”.

Por sua vez, Faraco (2017b, p. 66) descreve as relações dialógicas como sendo “relações entre índices de valor”. Segundo ele, para os membros do Círculo de Bakhtin elas são

Parte inerente de todo enunciado, entendido não mais como unidade da língua, mas como unidade da interação social; não como um complexo de relações entre palavras, mas como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas. (FARACO, 2017b, p. 66)

Para o Círculo de Bakhtin, então, as relações dialógicas não são nada mais que “espaços de tensão entre enunciados”, pois considera-se que, além de coexistirem, também “se tensionam nas relações dialógicas” (FARACO, 2017b, p. 69). Percebe-se inclusive que a responsividade, por exemplo, caracterizada pela “adesão incondicional ao dizer de outrem”, se dá justamente no ponto em que este dizer se tensiona com outros dizeres, ou “outras vozes sociais”. Por isto,

Aceitar incondicionalmente um enunciado (e sua respectiva voz social) é também implicitamente (ou mesmo explicitamente) recusar outros enunciados (outras vozes sociais) que podem se opor dialogicamente a ela. (FARACO, 2017b, p. 69)

Além disto, ainda quanto à ideia de responsividade, Fiorin (2018, p. 8) ressalta o vínculo entre compreensão e resposta, apontando não haver compreensão de um texto que não implique numa responsividade e, então, “um juízo de valor”. Por isto, conclui que “toda compreensão é carregada de resposta”, afirmando que, na recepção e na compreensão de um texto, em sua significação linguística, o ouvinte – ou o leitor – adota simultaneamente uma “atitude responsiva ativa”. Este pensamento possibilita perceber a “compreensão passiva da significação” simplesmente como um componente do “processo global de compreensão”, uma vez que, afirma, “o todo é a compreensão responsiva ativa, que se expressa num ato real de resposta”.

Baseando-se nisto, Bakhtin propõe sua “concepção axiologicamente estratificada da linguagem (a heteroglossia) e sua dialogização (a heteroglossia dialogizada)”, indicando haver jogos de poder entre as vozes sociais, que se manifestam nas “tendências centrípetas e correlacionados a condições sócio-históricas específicas” (FARACO, 2017b, p. 70). Por outro

lado, Voloshinov faz uma relação entre classes sociais e, em decorrência, a “estratificação socioaxiológica da linguagem”. Enxerga o signo como uma “arena onde se desenvolve a luta de classes”, pois, para ele, a classe social não se confunde com a comunidade semiótica, uma vez que “as diferentes classes sociais se servem da mesma língua, atravessando-a, no entanto, com diferentes (e contraditórios) índices de valor” (FARACO, 2017b, p. 71). Segundo Faraco (2017b, p. 71), Volóchinov ainda observa haver, na classe dominante, uma tentativa de “tornar monovalente o signo”, o qual, no entanto, será sempre polivalente, “imprimindo-lhe, com este gesto, um caráter de deformação do ser a que remete o signo”.

Em meio a este contexto heterogêneo de “múltiplas relações e dimensões da interação socioideológica” (FARACO, 2017b, p. 84), admite-se, então, que o sujeito se constitui discursivamente, assimilando simultaneamente as vozes sociais e suas inter-relações dialógicas. Por ser heterogênea, a realidade linguístico-social não permite ao sujeito absorver somente uma voz social; pelo contrário, o sujeito sempre absorve muitas vozes. O sujeito, então, “não é entendido como um ente verbalmente uno, mas como um agitado balaio de vozes sociais e seus inúmeros encontros e entrechoques”, o que leva à compreensão do mundo interior como “uma espécie de microcosmo heteroglóstico, constituído a partir da internalização dinâmica e ininterrupta da heteroglossia social” (FARACO, 2017b, p. 84). Portanto, o autor conclui haver no mundo interior múltiplas vozes sociais, em “relações de consonâncias e dissonâncias” e em “permanente movimento, uma vez que “a interação socioideológica é um contínuo devir”. Faraco (2017b, p. 85) parte disto para descrever o mundo interior como essencialmente sociosemiótico, visto não haver consciências se não houver signos. Logo, também é heterogêneo, pois assume a “realidade linguístico-social” como sendo “heterogênea (plurilíngua)”. O autor conclui, por fim, que “sua dinâmica interior decorre da dialogização desta heterogeneidade”.

Faraco se refere a Volóchinov para desenvolver este raciocínio, observando que “a consciência toma forma e existência nos signos criados por um grupo social no processo de sua interação social”, e afirma serem os signos a base que sustenta a consciência individual, alimentando seu desenvolvimento, sendo ela nada mais que um reflexo de sua lógica e suas leis (FARACO, 2017b, p. 85). Compreendendo a atividade psíquica como resultado de uma internalização da dinâmica social, vincula a lógica da consciência individual à interação socioideológica, ou seja, à “lógica das relações dialógicas, do plurilinguismo dialogizado”. Por este motivo os enunciados são compreendidos como “respostas ativas” no diálogo social, uma vez que, afirma, “emergem [...] da multidão das vozes interiorizadas”. Em seu entendimento,

Nossos enunciados são sempre discurso citado, embora nem sempre percebidos como tal, já que são tantas as vozes incorporadas que muitas delas são ativas em nós sem que percebamos sua alteridade [...]. (FARACO, 2017b, p. 85)

Por ser “consideravelmente mais complexa e dinâmica”, esta concepção de enunciado vai muito além do que se limitar a entendê-lo como “um objeto que articula as intenções de

quem o produz” (FARACO, 2017b, p. 86). É por isto que o Círculo entende o sujeito como sendo tanto social quanto singular (FARACO, 2017b, pp. 86-87).

Deste modo, torna-se possível a singularização do sujeito, bem como de seu discurso, graças à “interação viva com as vozes sociais” (FARACO, 2017b, p. 87), pois há uma “atmosfera axiológica intensa de interdeterminações responsivas”, em meio à qual se dá todo ato cultural, assumindo este uma “posição valorativa frente a outras posições valorativas” (FARACO, 2017b, p. 90). Entretanto, faz-se necessário compreender melhor o enunciado e, particularmente, como se dá sua significação. É neste sentido, segundo Faraco (2017b, p. 107), que Volóchinov busca incluir, como “parte inalienável do enunciado”, as formas linguísticas, as quais possuem “significação calculável” que, por sua vez, são “parte inseparável da significação” deste enunciado. Ele descreve estas formas como “aspectos semânticos que são reiteráveis e sempre iguais em qualquer situação em que o enunciado ocorre”. Também afirma, na significação do enunciado, ser o “plano da sinalidade” uma parte constitutiva, admitindo, portanto, em sua semântica, existirem necessariamente “duas dimensões em estreita correlação”: “a significação dada pela estrutura (reiterável e sempre igual) e a significação dada pela enunciação (o sempre mutável e adaptável) – ou seja, o mesmo (sinal) que é sempre outro (signo)” (FARACO, 2017b, pp. 107-108). Fiorin (2018, p. 23) sintetiza este pensamento, descrevendo as unidades da língua como “os sons, as palavras e as orações”, enquanto os enunciados, por sua vez, são descritos como “as unidades reais de comunicação”. Além disto, as unidades da língua são repetíveis, mas os enunciados são concebidos como irrepetíveis, pois se tratam de “acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios” (FIORIN, 2018, p. 23). Segundo Fiorin (2018, p. 26), em sua explicação para esta diferença, as unidades da língua não são dirigidas a ninguém, enquanto os enunciados, por outro lado, têm sempre um destinatário. As unidades da língua, além disto, sempre são neutras, mas os enunciados “carregam emoções, juízos de valor, paixões”. Conclui haver, nas unidades da língua – sendo “entidades potenciais –, significação, resultado da interação entre outras diversas unidades da língua. Os enunciados, porém, têm um sentido, “sempre de ordem dialógica”. A atualidade desta compreensão fica evidente com a afirmação de Faraco:

A teoria do discurso assume hoje como pressuposto de base (e explicitamente inspirado em Bakhtin) a heterogeneidade constitutiva dos discursos e dos enunciados, o que implica abandonar qualquer concepção homogênea de formação discursiva e de enunciado. (FARACO, 2017b, p. 118)

O autor entende a constituição dos discursos como uma multiplicidade de “interseções enunciativas”, surgindo daí, então, os enunciados, que “estão mais ou menos explicitamente marcados pela heterogeneidade que os constitui”.

Faraco (2017b, p. 125) retoma, então, sua afirmação anterior sobre o posicionamento de Bakhtin e seu Círculo em relação às tradições de estudos linguísticos:

Bakhtin está [...] dialogando criticamente (sem negar-lhe relevância) com a tradição dos estudos linguísticos que se caracteriza por privilegiar o estudo sistêmico (imane) da linguagem verbal e ignorar ou simplificar a realidade linguística enquanto interação social, enquanto práticas sociais de linguagem. (FARACO, 2017b, p. 125)

Este posicionamento, explica, implica defender a constituição de “duas disciplinas – metodologicamente separadas, mas organicamente combinadas – para o estudo da linguagem”. Justamente por buscar investigar a realidade linguística enquanto interação social, o autor enxerga a teoria do Círculo assumindo “uma estreita correlação entre os tipos de enunciados [...] e suas funções na interação socioverbal”, bem como “entre os tipos e o que fazemos com eles no interior de uma determinada atividade social” (FARACO, 2017b, p. 26).

Entretanto, Faraco admite ainda haver grande distância a ser percorrida antes de se alcançar o que chama de “uma apreensão teoricamente integrada desses fenômenos”, envolvendo “múltiplos fatores e múltiplas relações”. Ele reconhece que tanto a interação, quanto a linguagem, são “fenômenos de alta complexidade”, pois envolvem “múltiplos fatores em múltiplas relações” (FARACO, 2017b, p. 143). Segundo o autor, alguns aspectos já se encontram “razoavelmente descritos”, mas “boa parte escapa ainda de uma apreensão mais consistente”.

## 2.6 Interfaces entre Mikhail Bakhtin e os Meios de Comunicação de Massa

Ribeiro e Sacramento (2010a, p. 10) buscam descrever o contexto no qual o pensamento de Bakhtin começou a ser estudado, em especial como possibilidade de resposta ao estruturalismo francês. Os autores explicam que a “simplificação convencional”, que negligenciava, para desenvolver uma análise linguística, tanto a história como a subjetividade, priorizou a busca por dicotomias, que “poderiam garantir a cientificidade do estudo da linguagem” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 10). Em comparação com o entendimento de Durkheim, em que, afirmam, “os fatos sociais deveriam ser estudados pela sociologia como ‘coisas’, sempre exteriores e anteriores ao sujeito”, enxergam que a linguística, com Saussure, teria como objeto os “fatos linguísticos”, ou seja, “aquilo que era tido como social, porque homogêneo, preestabelecido e não vulnerável às contingências individuais”, entendendo como fatos linguísticos “a língua, o sistema de regras, o código” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 10).

Possibilitando um “novo entendimento da linguagem”, em meio ao pensamento linguístico da época, Bakhtin e seu pensamento foram posicionados em oposição a Saussure e seu estruturalismo, pois agora “a linguagem passa a ser concebida como imanentemente social” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 11). Entretanto, observam, é preciso compreender que esta concepção

Não significa que [a linguagem] existia à parte do sujeito e da história, mas no sujeito e na história, nas práticas cotidianas, nas ações intersubjetivas ou seja, na inexorabilidade (ontológica) da constituição dialógica do sujeito e da sociedade. (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 11)

Segundo afirmam, admite-se que foi Bakhtin quem introduziu “a situacionalidade de

todo fenômeno linguístico, seja literário ou conversacional, mostrando precisamente que a linguagem só existe socialmente”. Além disto, [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 11\)](#) descrevem a constituição da realidade por meio da linguagem, “fazendo-se no diálogo com outras linguagens e entre classes, etnias, culturas, significados e significações”, consistindo a linguagem de “forma material e ideológica”. Quanto a esta tentativa de superação da linguística estrutural, [Emerson \(2010, p. 67\)](#) faz referência à oposição do Círculo ao esquema de Saussure de langue e parole, especificamente no que diz respeito à dicotomia entre social e individual. Em vez disso, o grupo priorizava a interação, aconselhando “cautela à compreensão desta interação de modo puramente mecanicista e racional”.

Isto serviu de base para que surgisse e se desenvolvesse, notadamente na França, o que [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 11\)](#) entendem como “uma crítica ao estruturalismo e às pesquisas linguísticas que procuravam se deter à superfície dos textos, sem considerar a exterioridade que os constitui e os densifica”. Citam Julia Kristeva, que, afirmam, trouxe para o Ocidente conceitos bakhtinianos, em especial os conceitos de polifonia e dialogismo, compreendidos “como sendo partes do que chamou de intertextualidade”. Foi assim que Bakhtin, sob a perspectiva do pensamento francês, se tornou conhecido como um “autor que sedimentava uma nova possibilidade para as pesquisas sobre linguagem, enfocando a materialidade do jogo de significações no todo articulado do processo social” ([RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 12](#)). Deste modo, [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 12\)](#) enxergam a prática significativa como uma “prática social específica, não encerrada no texto, mas como fazendo parte dialogicamente das formas concretas de comunicação social”. Portanto, [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 12\)](#) concluem que o significado disto seria admitir toda prática significativa como sendo “marcada e balizada pelo horizonte social de uma época e de um grupo determinados”.

Atribuindo a Bakhtin o entendimento de que, ignorando sua orientação externa, o estudo do discurso em si mesmo seria algo absurdo, [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 14\)](#) definem a noção de comunicação, na qual “toda enunciação se constitui como um ‘trabalho vivo de intenção’ em direção à exterioridade e à alteridade”. Observam não se tratar este trabalho de “uma expressão da consciência individual, mas de uma mostra”, ou seja, construir a intencionalidade “pela própria contextualização da enunciação no interior do todo social”. Portanto, afirmam:

Todo ato comunicativo é também um ponto preciso da ação e do cruzamento de forças centrípetas e centrífugas, conservadoras e progressistas, bem como de processos de centralização e descentralização, presentes na sociedade de uma época. ([RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 14](#))

Vale lembrar que Bakhtin considera como contextual todo o ato comunicativo, pois se situa por “sujeitos, instituição, tempos e espaços definidos” e, portanto, comunicar deve ser essencialmente um processo dialógico ([RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, p. 14](#)). [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 14\)](#) lembram, ainda, que “a alteridade, o interlocutor, os modos e as circunstâncias da interação verbal” devem ser todos considerados. Também



retomam a crítica de Bakhtin à “recepção”, entendida como “o cumprimento das tarefas interpretativas determinadas pelo enunciador, num jogo abstrato e idealista de estímulo-resposta”. Segundo os autores, na comunicação discursiva real, Bakhtin acredita haver uma cadeia de comunicação verbal na qual “cada enunciado é um elo” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010a, pp. 14-15). Por isto se entende a recepção como um trabalho ativo, sem se limitar ao enunciado em si, mas se remetendo a um outro enunciado primeiro, que “teria inaugurado determinado processo de comunicação”. Simultaneamente, articula-se com “muitas outras enunciações, relações e mediações socioculturais”. Chama este processo, enfatizando a negociação e as lutas pelos sentidos, de “compreensão responsiva ativa”. Os autores, desta forma, interpretam o conceito de comunicação em Bakhtin como um espaço de “interações, conflitos e disputas sociais”, no qual se dão as “pressões, determinações e balizamentos próprios de uma dada época e lugar”. Por isto, não pode ser um “sistema de regras a ser transmitido e decodificado”, nem um “espaço para a ação de sujeitos livres para ‘expressarem’ suas vontades”, referindo-se ao que no Círculo de Bakhtin se chamou, respectivamente, de objetivismo abstrato e subjetivismo individualista.

Emerson (2010, pp. 70-71) descreve o objetivismo abstrato como um “extremo cartesiano”, no qual a linguagem é “um código independente de seus intérpretes”. O subjetivismo individualista, por sua vez, é descrito como um “extremo humboldtiano”, representado pelos vosslerianos, no entendimento de Bakhtin, mas que “falham ao fundamentar a mensagem muito exclusivamente na psique individual, fazendo, deste modo, surgir o mito de que os poetas fazem a linguagem”. Bakhtin enxerga esta oposição de visões como apenas uma ficção, pois em seu pensamento “todo indivíduo se envolve em duas atividades perpendiculares”. Em sua análise, Emerson (2010, pp. 70-71) aponta para a formação de “relacionamentos laterais”, com outros indivíduos, por meio de atos de fala. Ao mesmo tempo, formam-se “relacionamentos internos [...] entre o mundo externo e a sua própria mente” – atividades constantes que constituem a psique por meio de suas interações –, e conclui que “a atividade psíquica [...] não é um fenômeno interno e sim fronteiro”. Compreende que Bakhtin parte disso para reformular o entendimento da relação entre consciência e mundo, bem como a relação entre o eu e os outros (EMERSON, 2010, p. 71).

Com base nesta proposta de se rediscutir as relações entre consciências e mundo e consciências entre si, portanto, a partir de uma perspectiva bakhtiniana, Stam (2010, p. 333) insere a mídia na discussão:

A mídia de massa pode ser conceituada como uma “rede complexa de signos ideológicos” situados no interior de ambientes múltiplos – o ambiente gerador dos meios de comunicação, o ambiente gerador ideológico mais amplo, e o ambiente gerador socioeconômico – cada um com as próprias especificidades. (STAM, 2010, p. 333)

Contudo, observa que a mídia de massa, a “matriz na qual os discursos centrípetos/dominantes

e centrífugos/opositores se confrontam”, possivelmente não eliminaria completamente o antagonismo entre as vozes das classes (STAM, 2010, p. 333). O autor também admite haver “padrões de supremacia”, bem como “claras tendências ideológicas”, mas conclui mesmo assim que esta dominação nunca será completa.

Tratando os produtos da mídia como textos, e considerando a “natureza conflitante do processo criativo” – além das “necessidades de origem social do público” –, o autor diz haver uma tendência, nestes textos, de “mensagens resistentes” ou, ao menos, da possibilidade de uma leitura resistente (STAM, 2010, pp. 334-335). Quanto a este processo, segundo o autor, são várias as vozes que elaboram o texto, resultando em “marcas e discordâncias no próprio texto”. Partindo disto, Stam (2010, pp. 334-335) descreve a “hermenêutica radical da mídia de massa”, cujo papel é evidenciar a presença de todas as vozes transmitidas pela mídia de massa, hegemônicas ou contestatórias, sendo estas normalmente abafadas ou suprimidas. O objetivo de tal abordagem, segundo ele, “seria discernir as geralmente deturpadas entrelinhas da utopia na mídia de massa”, concluindo que uma abordagem bakhtiniana possibilitaria um combate à “seletividade da escuta promovida pela cultura de massa”, além de recuperar o “potencial crítico e utópico dos textos midiáticos”. Porém, a intenção não é de impor uma interpretação única, mas “trazer à luz as vozes abafadas”.

Stam, então, menciona o conceito bakhtiniano de polifonia, que, segundo ele, “chama atenção para a coexistência, em qualquer situação textual ou extratextual, de uma pluralidade de vozes que não se fundem numa única consciência, e sim existem em diferentes registros, gerando dinamismo dialógico entre si” (STAM, 2010, pp. 344-345). Lembra, ainda, que a polifonia não se limita a um mero indicador de heterogeneidade, sendo principalmente um “ângulo dialógico”, no qual há justaposição e, simultaneamente, contraposição de vozes, “de modo a gerar algo além delas mesmas”. O autor também diferencia o pensamento de Bakhtin de um “pluralismo liberal inócuo”, afirmando haver, no entendimento de Bakhtin, um diálogo entre cada voz cultural e outras vozes (STAM, 2010, p. 347). Compreende ser fundamental para toda e qualquer enunciação que haja diversidade social, pois, em suas palavras, “todas as enunciações se dão contra o pano de fundo das possíveis enunciações respondentes de outros pontos de vista sociais”. O autor aponta três justificativas para a diversidade (STAM, 2010, p. 347). Em primeiro lugar, “Bakhtin considera toda enunciação e discurso em relação aos efeitos deformantes do poder”. Em segundo, “Bakhtin não prega uma pseudoigualdade dos pontos de vista; as afinidades dele claramente estão com o ponto de vista não oficial, os marginalizados, oprimidos, periféricos”. Por último, diz, “apesar do pluralismo ser acumulativo e ‘tolerante’, ele ‘permite’ que outra voz se junte a um núcleo preexistente – a visão de Bakhtin é polifônica, enaltecida, recíproca e desordenadora”. Por isto, conclui haver nos interlocutores, para Bakhtin, uma transformação decorrente de “qualquer ato de troca verbal ou cultural”.



Newcomb (2010, p. 382) lembra, então, que é frequente a negação do sentido de troca nos estudos de comunicação, sendo o conceito de diálogo geralmente “marcado pela unilateralidade, com pouca oportunidade ou tentativa de ‘resposta’”. Entretanto, admite, isto se baseia em uma “ideia estreita e simplista do modo como o sentido deveria ser gerado e intercambiado”. Dito isto, afirma, o estudo cultural das mídias de massa busca como “conteúdo central” a “interação entre sistemas sociais e sistemas de discurso” (NEWCOMB, 2010, p. 383). Compreende também a necessidade de análise e investigação das relações que se estabelecem entre “aspectos dialógicos da comunicação de massa” e “ideologias dominantes” (NEWCOMB, 2010, p. 384). Afirma serem evidentes as apropriações pela comunicação de massa das “linguagens da prática social real”, influenciando-as diretamente e delas fazendo proveito (NEWCOMB, 2010, p. 384). Além disto, observa, “mesmo no estudo das comunicações interacionais, esses aspectos dialógicos da comunicação de massa podem exigir nossa atenção”, pois “é o próprio mundo que está em discussão” (NEWCOMB, 2010, pp. 384-385).

Para Agger (2010, pp. 391-392), não há sequer um tipo de mídia em que diálogo e negociação ocorram não só simultaneamente, mas também indefinidamente, e acredita não ser isto de difícil demonstração. Então, faz a seguinte observação:

A maioria dos cidadãos em muitas partes do mundo pode ver, ouvir e participar de processos importantes, seja uma questão de diálogo ou negociação em livros ou jornais, nos diferentes gêneros da televisão ou entre eles, em filmes, no rádio, na Internet ou em alguma combinação de vários tipos de mídia. (AGGER, 2010, pp. 391-392)

Vai além, evidenciando na Internet o rompimento do “modo unilinear de comunicação dominante nos meios de comunicação de massa”, graças à interatividade, e afirma que “o conceito de interatividade traz para primeiro plano a resposta direta” (AGGER, 2010, p. 408).

Demonstradas algumas possibilidades de desdobramentos com as quais está carregado o pensamento de Bakhtin e seus colegas, chega o momento de dar início a uma nova etapa. Faz-se necessário ir além da superfície, buscando se aprofundar em meio às suas contribuições.

## 3 Comunicação

### 3.1 Campo de Estudo da Comunicação

#### 3.1.1 Significado de Comunicação

Comunicação, como se viu, é um termo essencialmente polissêmico, e tentar definir seu significado resulta em situação desconcertante, pois, apesar de seu caráter nebuloso, não há impedimento de ser estudada. Não bastasse, é justamente por meio da comunicação, e somente deste modo, que este estudo – como qualquer outro estudo – se torna possível (MARTINO, 2011a). É com o objetivo de começar a esclarecer sua definição que Martino (2011a, pp. 14-15) afirma: “[...] em sua acepção mais fundamental, o termo ‘comunicação’ refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências”.

Segundo o autor, o processo de comunicação é pressuposto necessário à existência da cultura, pois, em suas palavras, “cultura implica a transmissão de um patrimônio através das gerações” (MARTINO, 2011a, p. 23). Além disso, deve-se inclusive considerar a comunicação como elemento constitutivo da natureza propriamente humana, participando das relações que um indivíduo estabelece, tanto consigo mesmo quanto com o mundo ao seu redor (MARTINO, 2011a, p. 23). A subjetividade do indivíduo se constrói com base nestas relações, que ocorrem, por sua vez, sempre por meio de trocas simbólicas (FRANÇA, 2011; MARTINO, 2011a).

Porém, segundo França (2011, p. 41), não é somente na construção do sujeito que a comunicação – e as relações de trocas simbólicas, portanto – está presente, mas da própria sociedade. Foi justamente graças às trocas simbólicas (FRANÇA, 2011) – ou seja, relações entre consciências (MARTINO, 2011a) – que, além de possibilitar o surgimento de uma vida social, promoveu e incentivou seu desenvolvimento (FRANÇA, 2011, p. 41). Por este motivo a comunicação deve ser entendida como um fenômeno social, dado ser a natureza humana de caráter indubitavelmente gregário (HOHLFELDT, 2011, p. 61).

Entretanto, segundo Martino (2011a, p. 25), é insuficiente a definição de comunicação como relações entre consciências, na busca por uma especificidade de campo de estudo, pois também é necessário considerar as possíveis abordagens de outros campos já estabelecidos. Além disso, deve-se buscar também compreender e definir seu objeto de estudo (FRANÇA, 2011; MARTINO, 2011b).

### 3.1.2 Objeto de Estudo

Em meio às Ciências Humanas e com o surgimento de um grande número de novas disciplinas, destacou-se durante o século XX a questão da linguagem (MARTINO, 2011b, p. 27)– e, conseqüentemente, da comunicação, que ocorre por meio da linguagem (HOHLFELDT, 2011, p. 62) –, pois a construção de todo conhecimento se dá, essencialmente, com base em processos comunicativos (FRANÇA, 2011, pp. 42-45). Por isto surge a necessidade de, na tentativa de constituir uma disciplina da Comunicação, definir qual sua posição em relação às outras disciplinas (MARTINO, 2011a, p. 25), por seu caráter heterogêneo e interdisciplinar (FRANÇA, 2011; HOHLFELDT, 2011; MARTINO, 2011b) resultar muitas vezes em ambigüidades e definições vagas (FRANÇA, 2011; MARTINO, 2011b).

A construção do conhecimento, traço caracteristicamente humano, tem como finalidade criar uma representação subjetiva, por meio de um modelo de apreensão, de um objeto empírico (FRANÇA, 2011, p. 43). Resulta, portanto, da relação que se estabelece entre indivíduo e realidade empírica (FRANÇA, 2011, p. 43). Apesar de a produção de conhecimento não se limitar somente à ciência, é justamente ela que se compromete a propor o conhecimento como principal finalidade (FRANÇA, 2011, pp. 45-47). Por causa de um duplo movimento na relação entre teoria e prática, inerente à produção de conhecimento científico (FRANÇA, 2011, p. 45), é importante esclarecer que negligenciar questões da realidade concreta resulta para a ciência na perda de sua razão de ser (FRANÇA, 2011, p. 49). Além disto, considerando ser a teoria “um sistema de enunciados”, ou seja, “um corpo organizado de ideias sobre a realidade ou sobre um certo aspecto da realidade” (FRANÇA, 2011, p. 47), é preciso entender que o conhecimento científico, como toda produção humana, também é passível de erros e equívocos (FRANÇA, 2011, p. 51).

No caso do campo da Comunicação, o caráter interdisciplinar e o fato de que “ora aparece como o fundamento das ciências do homem, ora aparece como uma síntese do produto dessas ciências”, não é suficiente no seu estabelecimento como ciência autônoma (MARTINO, 2011b, p. 29). Retrospectivamente, observa-se nos estudos de Comunicação uma alternância na definição de seu objeto, oscilando entre os meios de comunicação e a cultura de massa (MARTINO, 2011b, p. 29). Artificialmente opostos, estes dois objetos devem ser, na realidade, analisados integralmente, uma vez que, dentre todos os possíveis fenômenos de comunicação, o objeto da Comunicação consiste tradicionalmente, de modo geral, de “processos comunicativos no interior da cultura de massa” (MARTINO, 2011b, p. 30-31). Apesar de ser tentador restringir o objeto da Comunicação apenas a fenômenos empíricos “restritos à dimensão humana”, evidentemente, mas também “mediatizados por dispositivos técnicos” (MARTINO, 2011b, pp. 30-31), deve-se ampliar sua dimensão para além de um objeto meramente empírico, buscando também um conceito, ou seja, “o objeto da comunicação não são os objetos ‘comunicativos’ do mundo, mas uma forma

de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente” (FRANÇA, 2011, p. 42). É necessário compreender que a natureza de um objeto do conhecimento consiste em um processo, ou uma construção, cujo responsável pelo seu desenvolvimento é o próprio conhecimento (FRANÇA, 2011, p. 42), o que resulta, portanto, em buscar entender melhor o que são esses processos comunicativos, tentando indicar suas características essenciais.

## 3.2 Comunicação e Sociedade

Uma característica básica de uma sociedade é sua multiplicidade, dando-se por divisão social do trabalho, de grupos de afinidades, ou de “múltiplas associações circunstanciais”, nas quais um indivíduo pode se relacionar em diversos níveis com os grupos locais, buscando construir sua identidade (MARTINO, 2011b, pp. 32-33).

Por também ser, além de humano, um fenômeno intrinsecamente social (HOHLFELDT, 2011, p. 61), deve-se ainda considerar a comunicação e o seu desenvolvimento em relação de profunda interdependência com o desenvolvimento da própria civilização humana (HOHLFELDT, 2011, p. 63), pois, não se deve esquecer, a comunicação – as trocas simbólicas, portanto (FRANÇA, 2011, p. 41) – está presente na sociedade desde sua gênese, permeando seu desenvolvimento (FRANÇA, 2011; HOHLFELDT, 2011). As mudanças sociais – e históricas – resultam, portanto, em diversos modos de se entender a comunicação, que se adapta a diferentes objetivos e funções (HOHLFELDT, 2011, p. 64). Neste sentido, ainda é possível ir além, e afirmar que “o meio é a mensagem”, pois “configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas” (MCLUHAN, 2007, p. 23). Afirmar isto indica uma perspectiva inovadora, na qual a sociedade é observada sob um ponto de vista próprio dos processos de comunicação (FRANÇA, 2011; HOHLFELDT, 2011; MARTINO, 2011a; MARTINO, 2011b; MCLUHAN, 2007; SOBRINHO, 2013; SODRÉ, 2009). Além disto, já está evidente que, “da fala até o computador”, independentemente, o indivíduo se adapta a um novo modo de se comunicar sempre seguindo os mesmos princípios, mudando apenas a intensidade desta adaptação (MCLUHAN, 2007, p. 61).

### 3.2.1 Sociedade de Massa

Predominantemente urbana, a sociedade moderna caracterizou-se por um grande incentivo à especialização – especificamente, a especialização de funções sociais, nos vários níveis sociais (FERREIRA, 2011, pp. 101-102) –, bem como pela exaltação do próprio indivíduo (LIPOVETSKY, 2005, pp. 8-9). Como resultado, os laços tradicionais enfraqueceram, mas, em contrapartida, cresceu o número de relações contratuais, e é justamente a análise desta desintegração social que serviu como base para a formulação e a conceituação do que se entende por sociedade de massa (FERREIRA, 2011, pp. 102-104) e, por extensão, homem-massa (FERREIRA, 2011, p. 106). As duas principais características

desta perspectiva são, portanto, “de um lado, a imperante organização social e, de outro, os indivíduos moldados por tais organizações” (FERREIRA, 2011, p. 107).

O indivíduo, em meio a esta massa, torna-se atomizado, indiferente, anestesiado, homogeneizado, alienado e, até mesmo, incompetente (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; FERREIRA, 2011; LIPOVETSKY, 2005; MCLUHAN, 2007; WOLF, 2012). Além disso, este indivíduo, em relação a todos os outros membros da massa, é anônimo e está isolado – aspecto que será central nas primeiras pesquisas em Comunicação (FERREIRA, 2011; WOLF, 2012). Então, a perda de vínculos (FERREIRA, 2011, p. 108) e, simultaneamente, o excesso de estímulos que afetam a sensibilidade e a experiência (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; LIPOVETSKY, 2005; MCLUHAN, 2007) resultam, no indivíduo, em crise e angústia (MCLUHAN, 2007, pp. 65-66).

Neste contexto, os meios de comunicação ganham destaque por permitirem – mas agora sob seus moldes – que o indivíduo seja reinserido na sociedade (FERREIRA, 2011, pp. 106-108). Ao mesmo tempo, tentando remediar sua angústia, o indivíduo entorpece a consciência pelo contato com os meios (MCLUHAN, 2007, p. 65). Entretanto, sendo a massa indefesa (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; FERREIRA, 2011; LIPOVETSKY, 2005; WOLF, 2012), o entorpecimento também pode ser entendido como estratégia de dominação social (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; LIPOVETSKY, 2005), aspecto que ficou evidente com as diversas experiências totalitárias que ocorreram durante o século XX (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; WOLF, 2012).

### 3.2.2 Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem

Alinhando-se à sociedade de massa (FERREIRA, 2011, pp. 101-105), a modernidade estabeleceu novos e, acima de tudo, acelerados padrões culturais e sociais, e as consequências da eletricidade são especialmente perceptíveis neste sentido (MCLUHAN, 2007, pp. 18-19). A tecnologia elétrica – entendida também como meio – e seus desdobramentos servem de exemplo para justificar a perspectiva de McLuhan, na qual se considera a relevância dos meios de comunicação para melhor compreender os processos de transformação pelos quais passam as sociedades humanas (MCLUHAN, 2007, pp. 19-25). Torna-se evidente que o caráter instantâneo da eletricidade contrai o globo em sua dimensão, que agora “já não é mais do que uma vila” (MCLUHAN, 2007, p. 19), e redefine a percepção da realidade pelo indivíduo, à medida em que também ressignifica suas relações (SODRÉ, 2009, p. 27).

Visto que a subjetividade do indivíduo se constrói com base em suas relações na sociedade (FRANÇA, 2011; SOBRINHO, 2013; WOLF, 2012) e estas relações, por sua vez, ocorrem por meio da comunicação (FRANÇA, 2011; MARTINO, 2011a), conclui-se, portanto, que a comunicação – como processos comunicativos, trocas simbólicas, meios de massa – participa diretamente desta construção, moldando o indivíduo tanto quanto por ele sendo moldada (HOHLFELDT, 2011; MCLUHAN, 2007; SOBRINHO, 2013; SODRÉ,

2009). Além disto, é preciso notar que, quando surgem, as tecnologias, em geral – e, em particular, os meios –, desestabilizam momentaneamente tanto o indivíduo quanto a sociedade, pois sua adaptação e sua assimilação exigem mudanças (MCLUHAN, 2007, pp. 61-65).

Incorporar uma nova tecnologia significa, para o indivíduo, reformular as relações que os órgãos dos sentidos estabelecem com a realidade, o que envolve projetá-los, fazendo uso do sistema nervoso central, para além da percepção limitada do corpo físico (MCLUHAN, 2007, pp. 65-66; 98-99). Deste modo, é válido afirmar que os sentidos – e os meios, por extensão – traduzem a experiência para a consciência poder interpretá-la de modo unificado (MCLUHAN, 2007, p. 77), o que se observa na conclusão de Sodré (2009, pp. 44-45), que indica os aspectos emocional e sensorial como a principal influência da média no indivíduo. Por sua vez, Adorno e Horkheimer (2006, pp. 41-42) afirmam, como sendo um dos resultados da massificação, que a unificação da consciência “significa o empobrecimento do pensamento bem como da experiência”, abrindo caminho para a dominação do indivíduo pela sociedade (FERREIRA, 2011, pp. 109-111).

Contudo, uma vez que a consciência é capaz de se relacionar com outras consciências (MARTINO, 2011a, p. 23),   possível afirmar que a própria consciência pode ser projetada (MCLUHAN, 2007, pp. 81-84). O conhecimento e a experiência são construídos pela criação de uma representação subjetiva com base na apreensão pelo indivíduo da realidade (FRANÇA, 2011, p. 43), significando que este processo só pode ocorrer quando há um objeto externo   consciência (HORTA, 2013, pp. 110-114) – “não há emissor sem receptor” (JAKOBSON, 2010, p. 26). Deste modo, a apreensão da realidade pela consciência se d  por meio de um processo que envolve sua projeção em direção a um objeto exterior a ela mesma, seguido da criação de uma representação mental deste objeto e, por fim, da sua interpretação, podendo haver uma nova projeção que parte dos desdobramentos mentais desta interpretação (AMORIM, 2016; BAKHTIN, 2003; BAKHTIN, 2016; ECO, 2013; FOUCAULT, 1999; GOMES, 2013; MACHADO, 2011; MACHADO, 2017; MENON, 2013; SAUSSURE, 2000; TOMASELLO, 2003; VOLÓCHINOV, 2017).

### 3.3 Comunicação e Semiótica

Considerando a comunicação como elemento constitutivo da natureza humana (MARTINO, 2011a, p. 23), bem como seu aspecto de fenômeno social, tendo em vista o caráter humano de buscar viver em grupo (HOHLFELDT, 2011, p. 61), além de se admitir que processos de comunicação e sociedade são inseparáveis (FRANÇA, 2011, p. 41), permeados pela cultura – entendida como “transmissão de um patrim nio através das gerações” (MARTINO, 2011a, p. 23) –, pode-se afirmar, portanto, que “todo fato de cultura   comunicação e pode ser explicado segundo os esquemas que presidem a qualquer



fato de comunicação” (ECO, 2013, p. 4). Deste modo, independente de ser considerada uma relação e consciências (MARTINO, 2011a), uma troca simbólica (FRANÇA, 2011), uma relação de emissor e receptor (WOLF, 2012), ou uma dinâmica dialógica (MACHADO, 2011), a comunicação tem como matéria-prima a informação, sua estrutura elementar (ECO, 2013, p. 4).

Transmitir informação envolve utilizar um código (ECO, 2013, pp. 15-16) que, por sua vez, determina as bases sobre as quais se desenvolve a linguagem (SAUSSURE, 2000, pp. 15-18), o que possibilita entender a comunicação como um processo de transformação da informação em linguagem (MACHADO, 2011, pp. 279-280), ou seja, constrói-se uma mensagem (ECO, 2013, p. 13). Este entendimento também determina a interação dialógica como princípio condutor dos processos de comunicação, uma vez que os códigos interagem por meio da semiose, que diz respeito à dinâmica de significação – e ressignificação – presente na “operação conjunta entre fonte e recepção para codificar a informação” (MACHADO, 2011, pp. 279-280). Neste sentido, a perspectiva semiótica se estabelece como abordagem possível para a análise dos processos de comunicação (MACHADO, 2011, p. 279).

### 3.3.1 A Questão da Linguagem

Considerar que a comunicação se dá por meio da linguagem (HOHLFELDT, 2011, p. 61) significa entendê-la como “extensão técnica da consciência” (MCLUHAN, 2007, pp. 97-98), uma vez que a língua permite a expressão de ideias (SAUSSURE, 2000, p. 24). Assim, a linguagem tem como principal resultado o surgimento da própria civilização (MCLUHAN, 2007, pp. 76-7), armazenando e transmitindo percepções e experiências entre pessoas, culturas e gerações, mas sem poder evitar neste processo de tradução uma certa deformação, tanto das percepções quanto das experiências (MCLUHAN, 2007, p. 162).

Deste modo, deve-se estabelecer que a mensagem, no processo de comunicação, pressupõe haver um código compartilhado entre emissor e receptor, mas também deve ser entendida como um sistema organizado de signos, que, por sua vez, não somente envolve uma recodificação, como também uma resposta, ou reação (MACHADO, 2011, p. 282). Este entendimento parte da compreensão de que o signo – e sua significação – só pode se estabelecer ao se basear em um código (ECO, 2013, p. 27). Assim, perceber na mensagem a sua condição sígnica requer considerar também a transformação da informação em linguagem, o que envolve, simultaneamente, representação e interpretação, o que significa, portanto, que a existência de um signo também revela, sempre, a existência de uma “cadeia de representação ou de semiose” (MACHADO, 2011, pp. 286-287).

### 3.3.2 Ferdinand de Saussure: Semiologia e Linguística Estrutural

Considerando a linguagem como o fator mais importante na vida individual e social do ser humano, [Saussure \(2000, p. 14\)](#) estabeleceu as bases da Linguística moderna, bem como do pensamento Estruturalista. Faz, porém, uma ressalva, pois entende que a linguagem em si não é natural ao homem, mas, na verdade, a “faculdade de constituir uma língua” ([SAUSSURE, 2000, p. 18](#)). Além disso, faz a distinção entre língua e fala, sendo a língua um sistema estruturado de signos, resultado de uma convenção social; a fala, por outro lado, seria a manifestação singular e subjetiva deste sistema de signos que é a língua ([SAUSSURE, 2000, pp. 15-17](#)). Esta distinção leva à conclusão de que o objeto da ciência Linguística deve ser a língua, enxergada como norma e de caráter essencial, enquanto o fenômeno da fala é considerado como secundário, por representar a exceção e possuir caráter acessório ([SAUSSURE, 2000, pp. 22-23](#)).

A língua é um fato social convencionado em um sistema de signos ([SAUSSURE, 2000, pp. 22-23](#)). Os signos, como elementos do sistema, só se constituem por meio das relações que mantêm com os outros elementos deste sistema, de modo que, portanto, a língua é um sistema de signos que deve ser considerado na totalidade de relações entre seus elementos ([SAUSSURE, 2000, p. 102](#)). Por isto, a alteração de um elemento no sistema resulta na alteração do próprio sistema, que se torna outro, diferente e novo ([SAUSSURE, 2000, pp. 94-102](#)).

Nesta perspectiva, o signo linguístico é composto pela relação entre um conceito e uma imagem acústica, ou seja, significado e significante, respectivamente ([SAUSSURE, 2000, pp. 80-81](#)). Deste modo, o signo linguístico, como associação de um significado a um significante, revela em sua essência duas características principais, a saber, seu caráter arbitrário e o caráter linear do seu significante ([SAUSSURE, 2000, pp. 81-84](#)). Por arbitrariedade do signo se entende a associação imotivada do significante ao significado, uma vez que nesta relação não há um vínculo natural entre ambos ([SAUSSURE, 2000, p. 83](#)), enquanto a linearidade do significante é entendida como a construção de sintagmas ([SAUSSURE, 2000, p. 142](#)).

Com base nestes princípios, a Semiologia é proposta por [Saussure \(2000, p. 24\)](#) como “uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”, sendo a Linguística uma parte desta nova ciência. A ciência proposta tem como objetivo compreender a natureza dos signos e suas leis, e seus avanços e descobertas poderiam ser transpostos para a Linguística, dado que o estabelecimento científico desta só é possível graças ao vínculo com a Semiologia ([SAUSSURE, 2000, p. 24](#)). Deste modo, entende-se o trabalho do linguista como uma tentativa de discriminar a língua, como sistema, em meio ao amplo conjunto de fatos semiológicos.

Assim, estabelecidas as bases da Semiologia, nas quais os signos são analisados em



forma de sistema, deve-se observar que tanto signos quanto sistemas funcionam em caráter binário (ECO, 2013; JAKOBSON, 2010), em que os elementos se constituem por meio de suas relações de oposição (ECO, 2013, p. 16). Isto significa ser insensato analisar um elemento isoladamente, pois tentar fazê-lo é ignorar a realidade sistêmica na qual ele está inserido e, portanto, resulta apenas em artificialidade (JAKOBSON, 2010, p. 18). Assim, como tradutores dos fatos da consciência, os estudos sobre signos – signos linguísticos, em especial – tornam-se inseparáveis e necessários a qualquer reflexão teórica, uma vez que “a linguagem, como sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem” (HJELMSLEV, 2006, p. 2). O caráter tradutor de um signo é mero resultado do processo no qual o significado de um signo “não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído”, especialmente se for mais completo e mais desenvolvido (JAKOBSON, 2010, p. 80). Vale apontar, também, para o fato de que neste processo os signos, considerando o sistema de que fazem parte, concatenam-se em “sintagmas” (SAUSSURE, 2000, p. 142), de modo que se construa uma sequência com base em unidades elementares passíveis de repetição (ECO, 2013; JAKOBSON, 2010), ocorrendo por meio de seleção (GREIMAS; COURTÉS, 2016; HJELMSLEV, 2006).

Contudo, a Semiologia demonstra ser muito dependente dos estudos voltados para a Linguística, uma vez que a pesquisa semiológica centraliza seus esforços em torno de sistemas de signos linguísticos (BARTHES, 2012, pp. 119-123). Isto se dá por estabelecer o sistema de signos da língua como base de aplicação para a análise dos mais diversos conjuntos significantes (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 444). Outro aspecto que gera questionamento em relação à Semiologia – originado na Linguística, sob influência de Saussure – é a desconsideração do referente, sob a premissa de ser esta uma condição necessária ao exercício da pesquisa semiológica (GREIMAS; COURTÉS, 2016, pp. 462-464). Portanto, por não serem de caráter exclusivamente linguístico, signo e significação – e semiose – podem também ser analisados, sem desconsiderar as mensagens não-verbais (JAKOBSON, 2015, p. 29), sob uma perspectiva mais ampla, não se limitando à linguagem verbal e escrita (MACHADO, 2011, pp. 281-282).

### 3.3.3 Charles Sanders Peirce: Semiótica e Teoria Geral dos Signos

Um signo, em entendimento mais amplo, pode ser “qualquer coisa que sugere a presença ou existência de um fato, condição ou qualidade” (MACHADO, 2011, pp. 280-281). Deste modo, a linguagem verbal, objeto de estudo da Linguística, é apenas um dentre inúmeros outros sistemas de signos, aos quais se dedicam os estudos relacionados ao que se conhece por Semiótica, disciplina que se estabeleceu com base nos trabalhos do estadunidense Charles Sanders Peirce (JAKOBSON, 2015; MACHADO, 2011). Contudo, a Semiótica que o autor descreve não se limita a ser apenas um estudo dos signos, mas é proposta como o verdadeiro nome do que deveria ser entendido como lógica

(PEIRCE, 2010, p. 45), que teria três ramos possíveis, a saber, lógica originaliana ou gramática especulativa, lógica obsistencial ou lógica crítica, e lógica transuacional ou retórica especulativa (SANTAELLA, 2004, pp. 187-188). Assim, é importante esclarecer que o estudo dos signos não é a finalidade única e exclusiva da Semiótica concebida por Peirce, mas a presente proposta não busca como objetivo o aprofundamento deste tema.

Peirce descreve um signo como aquilo que representa algo, de modo que “para que algo possa ser um signo, esse algo deve ‘representar’ [...] alguma outra coisa” (PEIRCE, 2010, p. 47). Além disso, a constituição de um signo se dá por meio de três elementos: representamen, interpretante e objeto (PEIRCE, 2010, pp. 45-46). Por representamen se entende especificamente aquilo que representa algo – o objeto – para alguém, criando na mente desta pessoa um signo equivalente – o interpretante – ou, até mesmo, um signo mais desenvolvido (PEIRCE, 2010, p. 46). Operando sempre por meio de tríades, o autor estabelece os fundamentos para o estudo da semiose, entendida aqui como cadeia produtiva da construção de sentidos (MACHADO, 2011, pp. 281-282) e, estabelecidos os elementos constitutivos básicos de um signo, descreve em seguida a sua divisão dos signos em três tricotomias possíveis (PEIRCE, 2010, pp. 51-55).

A primeira tricotomia se constitui “conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral” (PEIRCE, 2010, p. 51). Assim, um signo pode ser chamado de Qualissigno, Sinsigno ou Legissigno. Um Qualissigno consiste em uma qualidade que seja um signo, mas que precisa de uma corporificação para agir como um signo pleno. Um Sinsigno é um evento ou fenômeno real que seja um signo, somente por meio de um ou mais qualissignos. Por fim, um Legissigno é uma lei que seja um signo, não sendo singular, mas geral, e que será significativa (PEIRCE, 2010, p. 52).

A segunda tricotomia se constitui “conforme a relação do signo para com o seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em sua relação com um interpretante” (PEIRCE, 2010, p. 51). Nesta tricotomia, um signo pode ser chamado de Ícone, Índice ou Símbolo. Um Ícone, por semelhança (SILBERSTEIN, 2013, pp. 85-88), se refere ao seu objeto por meio de características em comum. Um Índice se refere ao seu objeto por este afetá-lo diretamente. Um Símbolo se refere ao seu objeto por meio de uma convenção (PEIRCE, 2010, pp. 52-53).

A terceira tricotomia se constitui “conforme seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão” (PEIRCE, 2010, p. 51). Deste modo, um signo pode ser chamado de Rema, Dicissigno – ou Dicente – ou Argumento. Um Rema se relaciona com seu interpretante como a sugestão de uma possibilidade. Um Dicissigno se relaciona com seu interpretante como sendo uma existência real. Um Argumento se relaciona com seu interpretante como representando uma lei (PEIRCE, 2010, pp. 53-54).

Para compreender que qualquer pensamento, na consciência, se articula por meio de signos (PEIRCE, 2010, pp. 39-40), formando uma “cadeia de signos articulados entre si” (MENON, 2013, p. 205), e para chegar a estas divisões – entre várias outras possíveis –, é primeiro necessário considerar a constituição da consciência em três elementos fundamentais, a saber, “um-dois-três” (PEIRCE, 2010, p. 16) – Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, respectivamente. A Primeiridade se caracteriza pela experiência como um sentimento imediato (PEIRCE, 2010, p. 16), sem divisões, sendo, então, “uma mônada ou qualidade-de-sensação sem começo e sem fim” (BUSATO, 2013, p. 77). A Secundidade, por sua vez, se dá pelo “sentido da polaridade” (PEIRCE, 2010, p. 16), em que dois elementos se confrontam, o que permite haver conhecimento de eventos e mudanças na percepção (BUSATO, 2013, p. 77). Por fim, a Terceiridade é a consciência sintética, ou meio (PEIRCE, 2010, p. 16), em que é possível haver uma consciência, pois só há consciência se houver experiência mediada por signos como Terceiridade (GOMES, 2013, pp. 282-283).

Portanto, este procedimento considera que o funcionamento de um sistema de signos envolve a presença de um alguém que, em vez de apenas receber passivamente um signo, constrói um interpretante e, assim, cria um novo signo, ou seja reage – ou responde – ao signo inicial (MACHADO, 2011, pp. 281-283). Deste modo, entende-se este processo como mais do que mera circulação de signos, incluindo aí também a sua produção e interpretação (MACHADO, 2011, p. 283), o que permite enquadrá-lo como um processo dialógico, entendendo-se diálogo como comunicação estruturada com pelo menos dois interlocutores igualmente participantes e participativos (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 138).

A semiose, assim, está estreitamente vinculada ao processo de formação e desenvolvimento da consciência (SOBRINHO, 2013, p. 175) e cognição (GOMES, 2013, p. 279) humanas, uma vez que o próprio pensamento é considerado em sua estrutura como uma “cadeia de signos articulados logicamente entre si” (MENON, 2013, p. 211). Aqui, vale lembrar, os signos não são necessariamente verbais, podendo ser “verbais e não verbais, naturais e tecnológicos em contextos enunciativos” e, portanto, considera-se a realidade e o mundo sempre como produtores de signos em potencial (MACHADO, 2011, pp. 284-285). Inclusive, o que distingue um signo – um objeto cultural – de um fenômeno físico-natural é justamente se há, ou não, a organização e estruturação em um sistema de signos – uma linguagem – em meio a um processo de significação (MACHADO, 2011, p. 285).

### 3.3.4 Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov: Círculo de Bakhtin e Filosofia da Linguagem

A compreensão dos signos é requisito fundamental para os estudos em ciências humanas, por exemplo, pois parte da natureza humana consiste essencialmente em produção de sentidos (MACHADO, 2011, p. 288). Deve-se considerar a produção de sentidos, por

sua vez, como um procedimento que necessariamente envolve a ocorrência de um processo de comunicação, por estar relacionado à semiose (MACHADO, 2011, pp. 279-280). Este processo, vale lembrar, se dá como transformação de informação em mensagem, por meio de um código compartilhado; a mensagem é então decodificada e enfim transformada em informação (ECO, 2013; MACHADO, 2011). Contudo, surge como questão o fato de que, apesar de o código ser em princípio um sistema organizado de signos compartilhados (MACHADO, 2011, p. 282), este processo, como uma espécie de tradução, resulta invariavelmente em certa deformação da informação inicial (MCLUHAN, 2007, p. 162). Então, como unidade de comunicação e, por definição, sempre inserido em um contexto, estabeleceu-se o conceito de enunciado, no qual a interação dialógica é essencial para que se produza sentido (BRAIT; MELO, 2017, pp. 63-67).

Como se observou, ao estabelecer os fundamentos da Linguística, Saussure desconsiderou as manifestações individuais e singulares da linguagem (SAUSSURE, 2000, pp. 15-18) pois não seriam suficientemente estáveis (SOBRAL, 2017b, p. 104). O Círculo de Bakhtin, por sua vez – e em especial os teóricos Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov –, buscou analisar as formas estáveis da língua justamente em suas manifestações singulares, concretas e instáveis, pois apenas nestas se produziria sentido (SOBRAL, 2017b, p. 104). Porém, esta proposta de análise só se torna possível ao se considerar também o contexto no qual ocorrem essas manifestações, pois os teóricos fundamentam seus pensamentos na questão que envolve a relação entre geral e particular, em contexto social, cultural e histórico (SOBRAL, 2017b, p. 104).

A questão do contexto ganha relevância nesta perspectiva por também se considerar que os sistemas de signos não existem isoladamente no mundo, mas na verdade constituem um continuum semiótico (LOTMAN, 1996, p. 11). Este continuum, entretanto, só pode existir como intercâmbio dialógico, pré-requisito para que ocorra a semiose (LOTMAN, 1996, p. 20), pois consiste em um amplo diálogo entre produtores de sentido em meio a diversos tipos de organização – é necessário apenas que entrem em contato uns com os outros (LOTMAN, 1996, p. 30). O sentido, então, surge como resultado da relação entre enunciado e contexto, bem como da relação entre subjetividade e intersubjetividade (MARCHEZAN, 2016, pp. 137-138), de modo que a distinção que Saussure faz entre língua e fala é consequência direta de uma necessidade cultural que busca diferenciar os enunciados entre textos e não-textos (LOTMAN, 1998, p. 125).

Deste modo, entender este processo como caracteristicamente dialógico condiz com a abordagem de análise adotada pelos membros do Círculo, pois não se reduz apenas a um ponto de vista interno, nem apenas a um ponto de vista externo (BRAIT, 2016a, pp. 12-13). Esta perspectiva assume a realidade da linguagem como “acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados” (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 218-219), ou seja, insere-se no processo os enunciados como “unidades reais do fluxo

da linguagem”, mas que só podem existir total e plenamente quando em interação com outros enunciados – seja em meio verbal, seja em meio extraverbal (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 220-221).

Contudo, a natureza do enunciado exige que, para ser compreendido, resulte necessariamente em uma reação ativamente responsiva, de modo que em uma interação discursiva dialógica os interlocutores são igual e simultaneamente ouvintes e falantes (BAKHTIN, 2003, pp. 271-272). Assim, um enunciado, como unidade da comunicação discursiva, delimita-se por meio da alternância dos sujeitos do discurso: por definição, a ocorrência de um enunciado – verbal ou não – implica, por um lado, a existência de enunciados anteriores aos quais se “responde”; por outro lado, implica na formulação responsiva de novos enunciados (BRAIT; MELO, 2017, p. 67). Este processo, portanto, está de acordo com o entendimento de que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003, pp. 272-276). Por este motivo, encontra-se no interior de cada enunciado um outro enunciado, mais antigo e alheio (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249).

Esta dinâmica é a base sobre a qual ocorrem os processos culturais, e sem a qual eles não são possíveis – ao menos, não podem ser considerados culturais (SOBRINHO, 2013, p. 195). Então, indo além de buscar exclusivamente a compreensão dos sistemas de signos, como também entender a construção de sentido por meio de interações dialógicas – entre códigos, discursos, linguagens, sistemas, enunciados –, observa-se que a circulação de sentidos e as manifestações culturais coexistem (MACHADO, 2011, pp. 283-285), fundando e estimulando a socialização e o desenvolvimento humanos (SOBRINHO, 2013, pp. 194-195).

## 4 Círculo de Bakhtin

### 4.1 Círculo de Bakhtin

O que se conhece por Círculo de Bakhtin foi um grupo de pensadores que tinha como figura central o russo Mikhail Bakhtin, cuja contribuição para os debates e as reflexões do século XX foi amplamente reconhecida, mesmo que de modo tardio (FARACO, 2017b, p. 14). A centralidade da questão da linguagem é característica essencial nos pensamentos do Círculo (FARACO, 2017b, p. 17), mas a base conceitual sobre a qual se desenvolvem todas suas ideias consiste em três elementos fundamentais: individualidade do ato único, bem como singularidade do evento; relação entre o eu e o outro; dimensão axiológica (FIORIN, 2018, pp. 19-20).

As suas teorias consideram, no plano epistemológico, dois elementos fundamentais que se interrelacionam. O primeiro é a observação de fenômenos concretos e particulares, por indução, mas sem desconsiderar uma teoria de caráter geral, por dedução. O segundo, por sua vez, consiste no uso dos resultados da análise anterior como base para desenvolvimento de uma nova compreensão, servindo de fundamentação para uma nova análise, que retorna ao objeto inicial (SOBRAL, 2017c, p. 135).

#### 4.1.1 Epistemologia das Ciências Humanas

Em lugar de uma abordagem que busque quantificar e matematizar o objeto, o pensamento de Bakhtin tende a se alinhar à tradição hermenêutica nos estudos humanos, na qual se entende a produção de conhecimento em ciências humanas como um procedimento interpretativo, por meio de uma contínua atribuição de sentidos (FARACO, 2017b, p. 41). Além disto, o autor considera as ciências humanas como sendo essencialmente ciências do texto, pois neste caso a compreensão é resultado de um processo dialógico, em que se considera o objeto de estudo como expressão de um sujeito – assim, compreender implica a produção de um texto que, por um lado, é reação a um texto anterior e, por outro, é estímulo para nova reação de um texto ainda a ser produzido (FARACO, 2017b, pp. 42-43), o que coincide com a descrição do funcionamento dinâmico por meio do qual os enunciados se constituem (FIORIN, 2018, pp. 34-37).

Com inspiração nos diálogos socráticos, aqui o procedimento se dá pela consideração de duas ou mais proposições, buscando fortalecê-las com o objetivo de interpretar e analisar devidamente o objeto de estudo. Contudo, diferentemente do que se observa na dialética hegeliana – tese, antítese, e síntese –, nesta perspectiva a síntese é atividade em permanente desenvolvimento, pois se observa o processo como tese, tese, e síntese. Assim, evitando dicotomias ou abstrações, o pensamento que se delineia no Círculo é produto de “abordagens



teoricamente defensáveis, mas não abstratas, bem como procedimentos de análise rigorosos, mas não rígidos”, pois jamais deixam de considerar em um fenômeno, em igual medida, sua singularidade e sua generalidade (SOBRAL, 2017c, pp. 136-138). Isto significa, então, que se trata de uma visão que interpreta a experiência como sendo um fenômeno integral, envolvendo consciência individual e relações sociais,

Na qual o eu depende das relações com os outros, mas não é entendido como paciente do agir dessas relações, mas como um agente que é por elas influenciado, mas também as altera, as ressignifica, dá-lhes feição (SOBRAL, 2017c, p. 148),

pois “o sujeito é individual, mas não subjetivo, e o mundo é objetivo, mas sempre construído social e historicamente pelas ações da coletividade humana” (SOBRAL, 2017c, p. 148).

Além disto, partindo de Aristóteles, descreve-se o ato individual como aquilo que realiza a potência, concretizando seu vir a ser, mas – também assimilando a fenomenologia de Husserl – em cada ato é necessário considerar seu “caráter situado, corporificado, peculiar, historicamente material” (SOBRAL, 2017a, p. 18). Então, o ato, como processo concreto em permanente devir e jamais acabado, é entendido como algo mais que mera abstração destituída de materialidade. Propõe-se, assim, em lugar de um sujeito neutro em relação ao próprio ponto de vista, um sujeito agente, que se baseia no próprio ponto de vista para construir uma perspectiva sobre si mesmo e em conjunto com suas relações com outros sujeitos, permitindo alcançar um acabamento necessário.

Portanto, as relações que o sujeito estabelece com o mundo não são passivas, mas, pelo contrário, o sujeito age sobre o mundo tanto quanto o mundo age sobre o sujeito (SOBRAL, 2017a, pp. 22-24), sem perder de vista a individualidade do sujeito como uma integração de todas as suas relações sociais. Contudo, os elementos constitutivos da identidade estão em permanente tensão, articulando-se dialogicamente, sem haver privilégio de um sobre os outros (SOBRAL, 2017b, pp. 104-105).

Delineia-se aqui o conceito de ideologia, que no Círculo deve ser entendido como a conjuntura de toda a produção imaterial humana – como a cultura, ou produção espiritual; ou a consciência social. As relações nas quais o sujeito se envolve se estabelecem sempre com base em uma dimensão avaliativa, pois seu ponto de vista – e, portanto, seus atos e enunciados – requer um posicionamento social valorativo. Deste modo, a expressão do sujeito por meio de seus atos e seus enunciados é sempre essencialmente ideológica: ocorre em meio à atividade intelectual humana, bem como implica um posicionamento – não há posicionamento neutro real, visto que a neutralidade já é em si uma forma de se posicionar (FARACO, 2017b, pp. 46-47).

O sujeito participativo, responsável e responsivo apreende a realidade somente de maneira mediada (SOBRAL, 2017a, pp. 23-24), pois é a semiotização do mundo que permite estabelecer com o real uma relação de sentido – mas sem esquecer que esta relação



se dá sempre alinhada a um certo conjunto de valores. Assim, a formação do sujeito ativo e a constituição de seu posicionamento valorativo em meio à sua relação com o contexto no qual está inserido, relação mediada graças à semiotização do real, é possível pela apreensão da experiência como informação por meio de matéria significante. Então, os signos permeiam a realidade social tanto quanto a realidade subjetiva, e sua análise requer considerar o ambiente e o contexto nos quais se encontram, situando-os nos “processos sociais globais que lhes dão significação” (FARACO, 2017b, p. 49).

#### 4.1.2 Filosofia da Linguagem

A constituição da consciência se dá por meio da linguagem e em relação à realidade apreendida, procedimento no qual o signo é interiorizado em caráter essencialmente ideológico (SOBRAL, 2017b, p. 107). Entretanto, neste caso, encontra-se o signo sob um aspecto que consiste em uma sobreposição de categorias, o que leva à compreensão deste processo como o resultado da relação do signo, como signo linguístico, com o enunciado, como signo ideológico (CEREJA, 2017, p. 218). Isto se dá pois, por tradição, não se considera a linguagem em uso como passível de análise, mas, pelo contrário, prioriza-se o estudo da linguagem em seu caráter de abstração sistêmica e, portanto, ideologicamente neutra (STELLA, 2017, pp. 177-180). Neutralidade ideológica, aqui, diz respeito ao fato de ser possível inserir um signo linguístico em diversos contextos distintos, e até contraditórios, ou seja, possui natureza estável, apesar da instabilidade em meio à qual se atribui a ele uma multiplicidade de sentidos (MIOTELLO, 2017; SOBRAL, 2017b).

Assim, esta neutralidade é o que permite haver um código compartilhado entre interlocutores e, portanto, que se compreendam mutuamente, mas a associação de sentido ocorre por meio do uso singular e individual do signo pelo sujeito em ação (BAKHTIN, 2003, p. 294), de modo que estes interlocutores não consideram o sistema abstrato normativo da linguagem no processo de compreensão, mas a expressão da consciência de aspecto ideológico (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 180-181). Então, estabelece-se o enunciado como unidade de comunicação, considerando que se constitui com base no signo neutro e de caráter geral, repetível, mas que se concretiza em um conjunto de infinitas possibilidades como uma manifestação individual e única, irrepetível e necessariamente contextualizado (BRAIT; MELO, 2017, p. 63).

Entretanto, é preciso notar que a individualidade do enunciado é muito específica, por sua natureza ser acima de tudo social (VOLÓCHINOV, 2017, p. 200). Por sempre se orientar a um interlocutor (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 204-205), indica a existência de um “outro”, condizendo com sua característica responsiva em relação a enunciados anteriores (BAKHTIN, 2003, p. 298).

Por outro lado, um enunciado também implica necessariamente a existência de um autor por trás. Por este motivo, considera-se a constituição do enunciado com base em

dois elementos: a sua intenção, e a realização desta intenção (BAKHTIN, 2016, pp. 73-74). Assim, é o modo como se dá a dinâmica da relação entre estes elementos o que permite assimilar o enunciado em sua essência – a sua “índole”.

Distingue-se em um enunciado um caráter linguístico e um caráter não-linguístico. Entende-se como caráter linguístico de um enunciado tudo aquilo relacionado especificamente à linguagem, em termos de sistema de signos convencionados (BAKHTIN, 2016, pp. 74-75), de modo que por trás de todo enunciado deve haver algum tipo de linguagem (VOLÓCHINOV, 2017, p. 117). Neste caso, considera-se o sistema de signos um material repetível e reprodutível, de comum acesso e socialmente compartilhado pelo grupo em que se produz o enunciado – aquilo que não é exclusivo, mas já está “dado” (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017) – ou seja, consiste em um “código compartilhado” (ECO, 2013; MACHADO, 2011). O caráter não-linguístico de um enunciado, por outro lado, envolve todos os elementos que resultem na produção de um sentido, indicando um evento “individual, único e singular”, pois aqui se considera o enunciado em sua “unicidade significante” – ou seja, semiótica (BAKHTIN, 2016, p. 76). Neste aspecto, a repetição e a reprodução dos elementos linguísticos servem como estrutura básica sobre a qual os elementos não-linguísticos se desenvolvem: os elementos linguísticos são a matéria na qual um “sujeito-autor” dá forma e insere conteúdo, a partir de seu propósito ao formular um enunciado (BAKHTIN, 2003, pp. 177-178). Contudo, para que isto aconteça, deve-se observar que o caráter não-linguístico de um enunciado depende de suas relações com outros enunciados igualmente singulares, formando uma cadeia, uma vez que

[...] Precisamos compreender não o dispositivo técnico mas a lógica imanente da criação, e antes de tudo precisamos compreender a estrutura dos valores e do sentido em que a criação transcorre e toma consciência de si mesma por via axiológica, compreender o contexto em que se assimila o ato criador. (BAKHTIN, 2003, p. 179)

Portanto, identifica-se a singularidade de um enunciado como o resultado das dinâmicas entre elementos linguísticos e não-linguísticos na construção de um sentido, e isto só pode acontecer como o produto da relação que este enunciado tem com outros, pois, como afirma Volóchinov (2017, pp. 119-120), “o signo é um único objeto material”, mas não é possível compreender e interpretar isoladamente a vivência de um signo.

Por este motivo, considera-se a linguística como insuficiente e limitada para uma análise deste tipo. Volóchinov (2017, p. 144) critica os estudos sobre linguagem de seu tempo por entender que “o estudo do aspecto sonoro da palavra ocupa um lugar desproporcionalmente grande na linguística, frequentemente dá o tom a ela e, na maioria dos casos, se realiza sem nenhuma ligação com a essência real da língua como signo ideológico”. O caráter não-linguístico de um enunciado vai muito além do que a disciplina se propõe a estudar, pois não depende apenas de um sistema estruturado de signos socialmente convencionados – ou seja, de âmbito mais geral –, mas depende das particularidades envolvidas na “vivência” de cada evento único de construção de sentido (VOLÓCHINOV, 2017, p. 120), das quais estes signos também podem fazer parte, mas sem as quais não é possível haver um enunciado.

Contudo, também quanto à compreensão de um enunciado se observa a participação de fatores extra-linguísticos. Volóchinov (2017, pp. 177-178) considera que, em uma relação de emissor e receptor, o receptor também faz parte do processo de comunicação discursiva em que o enunciado é a unidade básica, e afirma que “o falante deve levar em consideração o ponto de vista daquele que escuta e compreende”. Segundo o autor, a compreensão em momento algum deve se reduzir à linguagem apenas como forma linguística, mas deve-se considerar todo o contexto concreto de que a “coletividade linguística” faz parte.

Então, em meio a uma “atmosfera axiológica intensa de interdeterminações responsáveis” (FARACO, 2017a, p. 38), um enunciado torna-se completo, em termos de sentido, quando é produto resultante da interação dialógica e em alternância entre sujeitos participativos ativos (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017). Neste sentido, considera-se sempre haver “uma posição valorativa frente a outras posições valorativas” (FARACO, 2017a, p. 38), de modo que, sob esta perspectiva, há uma espécie de acréscimo ao modelo simplificado deste processo (emissão – recepção) (MARTINO, 2011a; WOLF, 2012), considerando-se agora um contexto dialógico (recepção/emissão – recepção/emissão).

Além disto, Volóchinov (2017, p. 147) observa que, “na filosofia da linguagem e nas seções metodológicas correspondentes da linguística geral”, há duas tendências principais quanto à solução do “problema do isolamento e da delimitação da linguagem como um objeto específico de estudo”. Então, ao descrevê-las, sugere chamá-las de “objetivismo abstrato” e “subjetivismo individualista”.

### 4.1.3 Objetivismo Abstrato, Subjetivismo Individualista

A proposta de Volóchinov (2017) e Bakhtin (2003) de definir a linguagem como objeto de estudo envolve a busca por uma alternativa às duas principais tendências em estudos da língua, que chamam de objetivismo abstrato e subjetivismo individualista (VOLÓCHINOV, 2017, p. 147). Estas tendências se orientam em sentidos opostos (GRILLO, 2016, pp. 135-137), e os autores as consideram insuficientes para desenvolver uma análise ampla da linguagem em sua totalidade (CUNHA, 2005, p. 287). O objetivismo abstrato seria a tendência que busca fazer suas análises partindo da influência de Saussure e sua “visão da língua como sistema de signos”. O subjetivismo individualista, por sua vez, seria uma orientação baseada na compreensão de Vossler de linguagem como “expressão das particularidades do sujeito” (GRILLO, 2016, pp. 135-136).

#### 4.1.3.1 Objetivismo Abstrato

A visão de Saussure se baseia em uma divisão da língua em três aspectos: “linguagem (langage), língua como sistema de formas (langue) e o ato individual discursivo – enunciado (parole)” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 166). Langue e parole são os elementos que constituem a linguagem, mas esta não poderia ser o objeto da linguística para Saussure por considerá-

la heterogênea e imprecisa. Segundo Volóchinov (2017), neste caso a linguagem seria o “conjunto de todos os fenômenos sem exceção [...] que participam na realização da atividade discursiva”. Para o autor, a impossibilidade de estabelecer o enunciado como objeto de estudo no modelo de Saussure decorre de o elemento linguístico se limitar somente às estruturas das formas normativas, sendo “real apenas na qualidade de norma social” (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 168-169; p. 173).

Bakhtin (2016, pp. 41-45) compara a oração, neste modelo, ao seu conceito proposto de enunciado – “parole”, para Saussure. Em primeiro lugar, considera que o autor de um enunciado deve concebê-lo e construí-lo integralmente, em meio ao processo discursivo. Assim, Bakhtin faz referência à “construção composicional” do discurso, indicando sua heterogeneidade e sua dimensão como possível barreira – em termos formais – para a análise linguística tradicional. Como exemplo, o autor lembra o fato de que a totalidade de um enunciado pode “para sua realização apenas uma oração, mas também pode exigir um grande número delas” (BAKHTIN, 2016, p. 43).

Em segundo lugar, considera que “todas essas unidades artificiais e convencionais são indiferentes à alternância dos sujeitos do discurso, que ocorre em qualquer comunicação discursiva viva e real” (BAKHTIN, 2016, p. 44). O autor entende que “a capacidade de determinar a ativa posição responsiva dos outros participantes da comunicação” é condição absolutamente necessária para que, como unidade de comunicação discursiva, possa se estabelecer o caráter de conclusibilidade de um enunciado. Neste caso, observa, a análise de uma oração isolada é insuficiente e impede esta identificação, pois também deve se considerar o contexto do qual faz parte, condição determinante para que um enunciado se complete em seu sentido (BAKHTIN, 2016, p. 45).

Então, pode-se considerar que uma oração, como unidade da língua, se caracteriza pelo seu significado. Por outro lado, um enunciado, como unidade da comunicação, se caracteriza pelo seu sentido (BAKHTIN, 2016; FIORIN, 2016).

#### 4.1.3.2 Subjevitismo Individualista

Os adeptos desta tendência atribuem à consciência do sujeito um caráter puramente individual (FARACO, 2017b, pp. 109-110). Neste caso, considera-se a linguagem como expressão da atividade subjetiva de um indivíduo, de modo que o sistema de signos linguísticos seria somente o resultado de manifestações da consciência. Por isto, assumir aqui a singularidade de um enunciado como a realidade concreta da língua (VOLÓCHINOV, 2017, p. 217) também é assumir a linguagem como a expressão das particularidades do sujeito, em caráter monológico (GRILLO, 2016, p. 135). Então, para esta tendência, desconsidera-se a estrutura social em que se emprega o enunciado, do mesmo modo como se desconsidera o seu acabamento estilístico como parte de um fluxo social (VOLÓCHINOV, 2017, p. 217). Assim, priorizando os “fatores psicológicos e os dados estilísticos individuais”

(GRILLO, 2016, p. 135), este ponto de vista considera a linguagem somente em seu caráter monológico.

#### 4.1.3.3 Alternativa

Em contraposição a estes pontos de vista, Volóchinov (2017, pp. 218-219) afirma que “a realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização”. Por considerar que enunciado e vivência, em suas estruturas, efetivamente se constituem como uma estrutura social, e apontando a interação discursiva como um acontecimento social que “ocorre por meio de um ou de vários enunciados”, o autor conclui que “a interação discursiva é a realidade fundamental da língua” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 219). A justificativa para esta compreensão seria de que a comunicação discursiva depende de um vínculo com uma situação concreta para que possa ser apreendida (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

Assim, o autor estabelece para o estudo da língua uma “ordem metodologicamente fundamentada”. Primeiro, considerar “formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas”. Em seguida, considerar “formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte”, ou seja, “os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica”. Por fim, “revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

## 4.2 Marxismo e Filosofia da Linguagem

Em sua proposta, Volóchinov (2017, p. 221) considera de extrema importância compreender as “formas do enunciado como uma totalidade”, indicando limitações da linguística moderna, que em uma análise não iria além dos elementos do enunciado. Do mesmo modo, apontando a questão do enunciado como “um núcleo problemático de importância excepcional”, Bakhtin (2003, p. 265) entende que enunciados concretos, como realidade da língua, seriam o meio pelo qual “a língua passa a integrar a vida”, sendo “igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”.

Entretanto, há de se considerar que a realização de um enunciado em sua totalidade seria possível apenas por meio do “fluxo da comunicação discursiva”. Neste caso, delimitar a totalidade de um enunciado requer observar o contato que se estabelece com o contexto em que se encontra – considerando elementos verbais tanto quanto extraverbais. Diferente do processo do discurso, de caráter ininterrupto e sem começo nem fim (VOLÓCHINOV, 2017, p. 221), o enunciado, em sua totalidade, sempre é determinado pela “alternância dos sujeitos do discurso”, de modo que, em primeiro lugar, responde a um ou mais

enunciados anteriores e, em segundo lugar, implica a possibilidade de resposta por outro novo enunciado, de modo que “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2016, pp. 59-61). Portanto, torna-se imprescindível considerar o caráter dialógico de um enunciado para que se possa compreender efetivamente o processo de comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003, p. 298).

#### 4.2.1 Método Sociológico de Estudo da Linguagem

A comparação entre as perspectivas do objetivismo abstrato e do subjetivismo individualista serviu de base para os autores apontarem como solução de estudo da linguagem o desenvolvimento de um método sociológico (GRILLO, 2016, p. 135). Nesta perspectiva, são cinco as proposições que guiam o método:

- 1) A língua como um sistema estável de formas normativas idênticas é somente uma abstração científica, produtiva apenas diante de determinados objetivos práticos e teóricos. Essa abstração não é adequada à realidade concreta da língua.
- 2) A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes.
- 3) As leis da formação da língua não são de modo algum individuais e psicológicas, tampouco podem ser isoladas da atividade dos indivíduos falantes. As leis de formação da língua são leis sociológicas em sua essência.
- 4) A criação da língua não coincide com a criação artística ou com qualquer outra criação especificamente ideológica. No entanto, ao mesmo tempo, a criação linguística não pode ser compreendida sem considerar os sentidos e os valores ideológicos que a constituem. A formação da língua, como qualquer formação histórica, pode ser percebida como uma necessidade mecânica cega, porém também pode ser uma “necessidade livre” ao se tornar consciente e voluntária.
- 5) A estrutura do enunciado é uma estrutura puramente social. O enunciado, como tal, existe entre os falantes. O ato discursivo individual (no sentido estrito da palavra “individual”) é um *contradictio in adjecto* (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 224-225).

Priorizando “o papel produtivo e a natureza social do enunciado” Volóchinov (2017, pp. 87-88) busca em seu estudo tratar tanto de questões da filosofia da linguagem, quanto de questões da linguística, afirmando caminhar “do geral e abstrato para o particular e concreto”. Sua ideia seria abordar questões filosóficas gerais, seguidas das questões linguísticas gerais e, com isto, analisar a “questão mais específica que se encontra na fronteira entre a gramática (sintaxe) e a estilística”.

#### 4.2.2 Signo Ideológico

Assumindo que as questões da filosofia da linguagem se relacionam de modo pertinente a outras esferas de conhecimento que, por sua vez, fundamentam a “ciência marxista da criação ideológica”, Volóchinov (2017, p. 91) busca descrever a relação entre



signo e ideologia. O autor afirma que “qualquer produto ideológico não é apenas uma parte da realidade natural e social [...] mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites”. Deste modo, ao representar e substituir algo exterior, o produto ideológico possui significação e é, portanto, um signo. Isto leva o autor a afirmar que “onde não há signo também não há ideologia”.

Assim, observa que “além dos fenômenos da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo, existe um mundo particular: o mundo dos signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93), levando-o a considerar os signos também como “objetos únicos e materiais”. Todo signo faz parte da realidade, mas, por sua natureza, “também reflete e refrata uma outra realidade”, possibilitando então uma avaliação ideológica. Isto permite observar a sobreposição que há entre o campo ideológico e o campo dos signos, igualando-os, pois “tudo o que é ideológico possui significação sîgnica”.

Deste modo, o “movimento entre ideias relativamente instáveis e ideias já relativamente estáveis”, característico de um signo, também pode ser observado, sob esta perspectiva, em uma ideologia (MIOTELLO, 2017, p. 170). Esta compreensão resulta de uma tentativa de aprofundar a questão marxista da relação entre superestrutura e infraestrutura. Tratando dialeticamente a questão, o movimento de estabilidade e instabilidade – construindo “o conceito a concretude do acontecimento e não na perspectiva idealista” – permite identificar dois tipos distintos de ideologia: ideologia oficial e ideologia do cotidiano (MIOTELLO, 2017, pp. 168-170). A ideologia oficial é estável e dominante, “buscando implantar uma concepção única de produção de mundo”. Já a ideologia do cotidiano resulta de “encontros casuais e fortuitos, [...] na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida”.

Constrói-se assim um contexto ideológico completo ao se estabelecer uma relação entre estes dois conjuntos ideológicos, mantendo ao mesmo tempo a ideia de um processo global de produção e reprodução social (MIOTELLO, 2017, p. 169). Determinado sempre social e historicamente, este contexto ideológico resulta da “comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor de todas as esferas das atividades humanas” (MIOTELLO, 2017, p. 170), formando o que Volóchinov (2017, p. 95) chama de “cadeia da criação e da compreensão ideológica”.

Baseando-se nisto, Volóchinov (2017, p. 98) determina a autonomia de um estudo da ideologia, independente da psicologia. Considerando que “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais”, e assumindo que a formação de um meio sîgnico só é possível em “território interindividual”, em que os indivíduos são socialmente organizados (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 96-97), o autor trata da questão da consciência, que “se forma e se realiza no material sîgnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada”, concluindo que “a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sîgnica de uma coletividade” (VOLÓCHINOV,



2017, pp. 97-98). Com isto em mente, Volóchinov (2017, pp. 101-102) chega à conclusão de que “a introdução do método sociológico marxista em todas as profundezas e nuances das estruturas ideológicas ‘imanescentes’ é possível apenas com base em uma filosofia da linguagem a ser desenvolvida pelo próprio marxismo na qualidade de uma filosofia do signo ideológico”.

Neste caso, portanto, considera-se que em um discurso sujeito e objeto estabelecem uma relação valorativa por meio de signos, fazendo uso de “recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 2016, p. 47). Assim, o caráter expressivo é peculiaridade constitutiva de um enunciado, servindo-se das “unidades significativas” da língua, os signos, de caráter neutro (BAKHTIN, 2016, p. 56). Então, segundo Bakhtin (2016, pp. 56-57), “o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo elemento semântico-objetual e por seu elemento expressivo, isto é, pela relação valorativa do falante com o elemento semântico-objetual do enunciado”.

### 4.2.3 Enunciado

Segundo a descrição de Bakhtin (2016, pp. 56-57), o consenso geralmente é de que a base da constituição de um enunciado seria “o falante com sua visão de mundo, os seus juízos de valor e emoções, por um lado, e o objeto de seu discurso e o sistema da língua (dos recursos linguísticos), por outro”. Para este pensamento dominante, escolhe-se os meios linguísticos com base apenas em “considerações semântico-objetuais e expressivas”.

Contudo, como observa Bakhtin (2016, pp. 57-58), por ter seus limites definidos “pela alternância dos sujeitos do discurso” e por conter “variadas atitudes responsivas a outros enunciados”, um enunciado sempre será “um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo”. Precisa-se apontar também que a formação de um enunciado, um “ato bilateral”, resulta do envolvimento de “indivíduos socialmente organizados”, pois sua orientação sempre se volta para um interlocutor, sendo que, “na ausência de um interlocutor real, ele é ocupado, por assim dizer, pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence” (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 204-205).

Torna-se evidente, portanto, a importância de se considerar a constituição dialógica e contextual de um enunciado:

Nessa perspectiva, o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos, etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante [...] (BRAIT; MELO, 2017, p. 67).

Segundo o entendimento de Volóchinov (2017, p. 221), somente se determina a totalidade de um enunciado “pelas fronteiras que se encontram na linha de contato desse enunciado

com o meio extraverbal e verbal (isto é, com outros enunciados)”.

Com isto em mente, Volóchinov (2017, pp. 227-228) desenvolve seu pensamento afirmando que “o sentido da totalidade do enunciado será chamado de seu tema”, que também seria “individual e irrepetível como o próprio enunciado”, sendo a expressão do contexto concreto em que se formulou o enunciado. Por ser “tão concreto quanto o momento histórico ao qual ele pertence”, o tema se define pelo meio verbal tanto quanto pelo meio extraverbal. O autor entende que, sem o meio extraverbal, “o enunciado torna-se incompreensível, assim como aconteceria se ele estivesse desprovido de suas palavras mais importantes”.

Além disto, também identifica no enunciado, ainda em relação ao tema, a significação, que consiste nos elementos “repetíveis e idênticos a si mesmos em todas as ocorrências” (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 228-229). Estes elementos, no entanto, se tomados isoladamente, “não possuem uma existência independente concreta”, pois a significação envolve necessariamente os elementos linguísticos do enunciado. Neste caso, o autor identifica a significação como “um artefato técnico de realização do tema”. O tema, por sua vez, é descrito como “uma reação da consciência em constituição para a formação da existência”. Então, Volóchinov (2017, p. 229) conclui ser o tema um “complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação”.

Coerentemente, portanto, o aspecto contextual é constantemente reforçado, observando a natureza socialmente estruturada do enunciado (FIORIN, 2018, p. 28). No entanto, isto não impede que enunciados de contextos distintos sejam postos em confronto. Pelo contrário, independente de qualquer distância temporal ou espacial, a interação pode ocorrer pelo plano do sentido “em qualquer ponto do vasto universo da criação ideológica, do intercâmbio sociocultural” (FARACO, 2017b, p. 65). Neste caso, as relações dialógicas são a essência deste processo.

Entretanto, considerando a questão da compreensão, deve-se observar que as relações dialógicas são motivadas pelo caráter responsivo do enunciado (VOLÓCHINOV, 2017, p. 232), conduzindo ao desenvolvimento da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2016, pp. 57-58). Neste caso, portanto, as relações dialógicas devem ser entendidas como “espaços de tensão entre enunciados” (FARACO, 2017b, p. 69).

Com isto, o conceito de enunciado assim proposto permite que não se limite sua compreensão como apenas uma unidade da língua, sendo na realidade a “unidade da interação social”. Do mesmo modo, sua natureza dialógica também implica que seja mais que um “complexo de relações entre palavras”, constituindo-se em vez disso “como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas” (FARACO, 2017b, p. 66).

### 4.3 Estética da Criação Verbal

A consolidação de um pensamento bakhtiniano, bem como de uma “teoria/análise dialógica do discurso”, envolve o entrelaçamento de conceitos que se complementam (BRAIT, 2016a, p. 26). Quanto a isto, Fiorin (2018, p. 20) e Faraco (2017b, p. 22) observam que a sua obra se desenvolve seguindo três eixos: “unicidade do ser e do evento; relação eu/outro; dimensão axiológica”.

Neste caso, buscando compreender a constituição do projeto de discurso de um sujeito, e considerando um processo de comunicação discursiva em contexto (STELLA, 2017, p. 181), destaca-se a relevância do enunciado como questão a ser analisada. Esta compreensão, em primeiro lugar, assume que um enunciado se caracteriza pela perspectiva do sujeito de um discurso em relação a um “determinado conteúdo semântico-objetual”, considerando em mesma medida neste processo tanto o objeto quanto o sentido; simultaneamente, é a “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” que, como elemento expressivo, define tanto sua composição quanto seu estilo (BAKHTIN, 2003, p. 289). Em segundo lugar, deve-se considerar que “o real apresenta-se para nós sempre semioticamente” (FIORIN, 2018, p.22), implicando que um discurso nunca se remete à realidade de fato, mas à camada de outros discursos que a permeia e envolve.

#### 4.3.1 Enunciado Como Unidade da Comunicação Verbal

Preocupando-se sempre com a “unicidade do ser e do evento” (FIORIN, 2018, p. 23) e descrevendo a composição da comunicação discursiva como um encadeamento de enunciados, Bakhtin (2003, pp. 289-290) observa que a “entonação expressiva” de um enunciado é determinante para a definição de seu estilo individual, afirmando que “no sistema da língua, isto é, fora do enunciado, ela não existe”. Deste modo, contrapondo-se à organização sintática e à descontextualização de frases e orações em um modelo de análise linguística, pode-se conceber o enunciado como “unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado” (BRAIT; MELO, 2017, p. 63). Isto quer dizer que, por um lado, “os sons, as palavras e as orações” seriam as unidades que compõem o “sistema virtual” da língua, enquanto que, por outro, os enunciados seriam as “unidades reais de comunicação”, observando o “funcionamento real da linguagem em sua unicidade” (FIORIN, 2018, pp. 23-24).

Entender a natureza interativa e dialógica de um enunciado é essencial para a sua compreensão em uma análise, pois “o enunciado concreto (e não a abstração linguística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação”, de modo que “sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter dessa interação” (BRAIT; MELO, 2017, pp. 67-68). Sobre esta particularidade, Bakhtin afirma:

O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (BAKHTIN, 2003, p. 298).

Entretanto, também é necessário acrescentar que esta expressão verbalizada “nasce do ponto de contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual” (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Ao considerar o enunciado como produto da relação dialógica entre interlocutores, Barros (2005, pp. 28-32) também indica quatro aspectos particulares desta concepção. Primeiro, observa que a linguagem se estabelece e se estrutura com base nesta interação, afirmando que Bakhtin “considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação dos interlocutores funda a linguagem”. Depois, entende que as questões de sentido e significação são dependentes da relação entre sujeitos, construindo-se tanto no processo da produção quanto no da interpretação. Em seguida, acrescenta que também os próprios sujeitos se constroem por meio desta relação entre interlocutores, razão pela qual “a intersubjetividade é anterior à subjetividade”. Por fim, descarta a leitura de que esta concepção de sujeito seja individualista ou subjetivista, constatando que “Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade”.

Por sua vez, seguindo este pensamento e analisando a palavra como um fenômeno social, Zavala (2016, pp. 153-154) também entende que “a palavra vive, na fronteira, entre seu contexto e o contexto alheio”. Neste caso, lembrando que “a cultura é discurso... vínculo social”, conclui: “todo ato cultural vive, de maneira essencial, nas fronteiras”. Considerando a constituição da cultura por meio de domínios, Faraco faz uma leitura semelhante ao dizer que, para Bakhtin,

o problema de cada um desses domínios só pode ser entendido como o problema das suas fronteiras, ou seja, nenhum domínio cultural se define em si, mas somente nas suas correlações com os outros domínios e nas suas interdeterminações no interior da totalidade da cultura (FARACO, 2016, p. 100).

A questão da natureza dialógica do enunciado, portanto, está diretamente relacionada à constituição da cultura. No entanto, também se apresenta como essencial para a constituição do sujeito, uma vez que “a comunicação é interativa”, e é justamente “no processo da interação com o outro que nos tornamos sujeitos” (ZAVALA, 2016, pp. 154-156). Por este motivo, Zavala conclui:

[...] A construção do eu, mediante o verbal, passa pelo diálogo como forma primária de comunicação e pensamento e, mais ainda, como concepção do sujeito e seu ser. O outro representa a intersubjetividade – outro sujeito, o outro da linguagem (ZAVALA, 2016, p. 156).

Contudo, Machado (2005, p. 135) observa que esta natureza dialógica não pretende simplesmente se opor ao “monologismo”, pois, na realidade, sua prioridade seria relativa ao “confronto das entoações e dos sistemas de valores que posicionam as mais variadas visões de mundo dentro de um dado campo de visão”. Neste sentido, a construção de um enunciado raramente se fundamenta somente nos elementos do “sistema da língua em sua forma neutra”, pois sua principal fonte de recursos discursivos se encontra em outros enunciados, em especial os “enunciados congêneres [...] pelo tema, pela composição, pelo estilo”, o que, como afirma Bakhtin (2003, pp. 292-293), significa que “selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero”.

### 4.3.2 Gêneros do Discurso

Um gênero do discurso se define com base em “tipos relativamente estáveis de enunciados que envolvem a valoração” (SOBRAL, 2016, p. 173), de modo que “não é uma forma da língua mas uma forma típica do enunciado” (BAKHTIN, 2003, pp. 292-293). Em sua compreensão, o autor corresponde os gêneros às “situações típicas da comunicação discursiva”, situando-os em meio aos “contatos típicos dos significados das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas”. Assim, afirma que um enunciado possui expressão a partir das “formas das atitudes responsivas”, e acrescenta que estas formas “diferenciam-se acentuadamente em função da distinção entre aqueles campos da atividade humana e da vida nos quais ocorre a comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 298).

Por este motivo, observando a variedade de “gêneros discursivos em uso na língua das esferas da comunicação social”, faz-se uma distinção entre dois conjuntos: “os gêneros primários e os gêneros secundários” (MACHADO, 2005, p. 144). Os gêneros primários, de natureza simples, formam-se “nas condições da comunicação discursiva imediata” (BAKHTIN, 2016, p. 15), correspondendo a um “espectro diversificado da atividade linguística humana relacionada com os discursos da oralidade em seus mais variados níveis” (MACHADO, 2005, p. 144). Por sua vez, os gêneros secundários, de natureza complexa, resultam de “um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2016, p. 15), reformulando e incorporando neste processo o que consiste em uma “interface dos gêneros primários” (MACHADO, 2005, p. 144).

Entretanto, em ambos os tipos, observa-se que a composição de um enunciado sempre revela “escolhas particulares de formas construídas dentro de um todo”, e se estabelecem como “unidade cultural” do discurso vivo (MACHADO, 2005, p. 145). Esta unidade cultural, portanto, seria “dotada de tudo que é próprio da cultura, sobretudo as significações cognitivas, éticas e estéticas”, estabelecendo deste modo suas “formas exteriores” e “acabadas”. Em contrapartida, suas “formas inacabadas” se instituem pela “entonação expressiva”. Assim, é justamente na zona de fronteira entre enunciado e vida, por meio da modulação do gênero, que se encontra esta entonação expressiva, sendo

um resultado do “conjunto de códigos que comandam a interação discursiva, situada na fronteira entre o verbal e o não-verbal” (MACHADO, 2005, p. 146).

Por isto, Machado (2005, pp. 146-147) entende os gêneros como “unidades abertas da cultura”, observando que não possuem “vinculação mecânica com o tempo presente”. Neste caso, também aponta para a coexistência de “diversificadas formas de pensar o mundo e a história humana”, sendo “depositários de formas particulares de ver o mundo, de consubstanciar visões de mundo” (MACHADO, 2005, p. 147). Então, mesmo que os enunciados possam se diferenciar “por seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional”, segundo Bakhtin (2016, pp. 28-29), deve-se também considerar que “eles têm como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo limites absolutamente precisos [...] de natureza especialmente substantiva e principal”.

Fiorin (2018, p. 68) observa que, ao desenvolver seu pensamento sobre os gêneros, Bakhtin não prioriza o “produto, mas o processo de sua produção”, deixando em segundo plano suas “propriedades formais”. Partindo do “vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas”, Bakhtin pretende compreender os enunciados sob a perspectiva de sua “função no processo de interação”. Neste sentido, deve-se considerar que o vínculo que há entre gêneros e atividade humana resulta justamente de “suas condições específicas e suas finalidades” (FIORIN, 2018, p. 69), pois ao se aprender quaisquer “modos sociais de fazer” também se aprende efetivamente novos “modos sociais de dizer”, ou seja, os gêneros (FIORIN, 2018, pp. 76-77). Entretanto, Fiorin (2018, p. 64) ressalta que, apesar da formação da consciência individual por meio de “incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade”, ao participar de modo particular da “heterogeneidade dialógica das vozes sociais [...] o sujeito não é completamente assujeitado”. Por isto, afirma: “o sujeito é integralmente social e integralmente singular”.

É necessário acrescentar que este sujeito, simultaneamente social e singular, atua como “mediador entre o socialmente possível e o efetivamente realizado” (SOBRAL, 2016, p. 173). Esta mediação, referente à “relação ativa entre locutor e destinatário” envolvida na valoração de um enunciado, pode ser descrita como uma “relação enunciativa”, que é justamente “a base da escolha do gênero, incluindo, portanto, estilo, forma, composição e tema, os materiais com que se realiza” (SOBRAL, 2016, pp. 172-173). Por isto, os gêneros do discurso, apesar de estáveis, não são estáticos nem rígidos, pois, para Bakhtin, a forma é entendida como “resultado da ação autoral de criação arquitetônica de todos de sentido, intrinsecamente vinculada com o conteúdo e o material de que lança mão” (SOBRAL, 2016, p. 173).

Além disto, tanto a composição quanto o estilo também dependem do caráter valorativo do enunciado, ou seja, sua expressividade, de modo que “a relação valorativa falante-objeto-ouvinte determina a escolha de todos os recursos linguísticos” (SOBRAL, 2016, p. 174). Assim, além da avaliação de um sujeito, uma valoração também pressu-



põe “relações sócio-históricas entre sujeitos que avaliam”, considerando que “a principal característica do gênero [...] consiste em sua permanência no fluxo da mudança ou sua mutabilidade no âmbito da estabilidade”, descrevendo-se as “formas estáveis de gênero do enunciado” (SOBRAL, 2016, p. 175). Portanto, tão estáveis quanto dinâmicos, os gêneros do discurso envolvem um processo em que

as esferas de atividade (ou instâncias sociais da comunicação discursiva) não são determinadas nem fixadas por nenhum agente individualizável, mas vêm a existir no âmbito da arena de vozes que é a sociedade, no âmbito da história, desenvolvendo continuamente suas próprias modalidades de uso da língua, sujeitas a permanentes alterações (SOBRAL, 2016, pp. 174-175).

Com isto, entende-se o funcionamento de uma natureza simultaneamente social e singular do sujeito, pois também se deve observar que, independente do grau com que os gêneros discursivos se incorporam em um enunciado, o que define em última instância os seus limites é, essencialmente, a alternância dos sujeitos do discurso, na visão de Bakhtin (2016, pp. 28-29). O autor entende que, sem exceção, todo enunciado tem como limites, no início, os enunciados anteriores, e, no fim, os enunciados responsivos posteriores – também sendo possível, aqui, “uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou [...] uma ação responsiva baseada nessa compreensão”. Neste caso, portanto, esta alternância “cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida” (BAKHTIN, 2016, p. 29).

Faraco (2017a, p. 38) também destaca o posicionamento axiológico como elemento relevante, pois entende que “todo ato cultural se move numa atmosfera axiológica intensa de interdeterminações responsivas, isto é, em todo ato cultural assume-se uma posição valorativa frente a outras posições valorativas”. Em sua análise sobre a questão do autor e da autoria de uma obra, ao tratar do ato artístico descreve o processo como uma transposição da realidade vivida “para um outro plano axiológico”, que chama de “plano da obra”. Também acrescenta que esta realidade vivida seria “já em si atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá num complexo caldo axiológico”.

Na visão de Sobral (2017b, pp. 104-105), esta ideia seria resultado do entendimento da individualidade “como a soma das relações sociais da vida do sujeito”, não sendo, portanto, uma “entidade submissa ao social [...] nem subjetivista e autarquicamente autônoma”. O autor, assim, pretende chamar a atenção para o que “constitui o principal foco das teorias do Círculo de Bakhtin”, que entende ser a “centralização no agir concreto como objeto de análise” (SOBRAL, 2017b, p. 104). Em sua explicação, o autor afirma:

O empreendimento bakhtiniano consiste em propor que há entre o particular e o geral, o prático e o teórico, a vida e a arte uma reação de interconstituição dialógica que não privilegia nenhum desses termos, mas os integra na produção de atos, de enunciados, de obras de arte etc. (SOBRAL, 2017b, p. 105).



Esta abordagem, portanto, converge com as propostas formuladas pelos estudiosos do Círculo, que consideram fundamentais as relações entre o plano teórico de caráter generalizável e a singularidade de um fenômeno e entre as “expectativas do pesquisador e a realidade do fenômeno”, bem como o processo de construção de uma pesquisa, “que envolve a criação de uma totalidade orgânica que permite à pesquisa ir além de uma construção mecânica e constituir-se em totalidade dotada de sentido” (SOBRAL, 2017b, pp. 114-115). Isto quer dizer, segundo Sobral (2017b, p. 115), que nesta visão do Círculo a coerência de uma pesquisa dependeria diretamente de dois tipos de equilíbrio: “entre a especificidade e a generalidade com que trata o fenômeno na construção do objeto”; e “entre sua inserção autoral – mais próxima do objeto – e as bases teóricas de que parte – que tendem à generalidade”.

### 4.3.3 Epistemologia das Ciências Humanas

Esta perspectiva estabelece como uma de suas bases essenciais o condicionamento da experiência, como uma singularidade concreta, pela subjetividade situada e direcionada de um indivíduo. A vivência – interna e externa – é sempre relativa ao que Bakhtin (2003, pp. 22-23) chama de “excedente de visão”, pois, como afirma, este excedente condiciona a esfera do “ativismo exclusivo”, constituindo “um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim”. Assim, nas palavras do autor:

Esse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – excedente sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e insubstituibilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim (BAKHTIN, 2003, p. 21).

Portanto, isto quer dizer que, “seja na categoria do eu-para-mim, seja na categoria do outro-para-mim”, esta vivência sempre deve ser experimentada de modo singularmente concreto, percebida por um “indivíduo único e determinado” (BAKHTIN, 2003, p. 22).

Neste caso, deve-se avaliar que “a constituição da consciência e a construção do mundo pelas categorias da consciência são processos que se dão situadamente, na sociedade e na história” (SOBRAL, 2017b, p. 107). Por este motivo, quanto à apreensão, integração e articulação de fenômenos por um sujeito, é possível formular os seguintes aspectos:

- a) os aspectos psíquicos da identidade relativamente fixada (aquilo que permite ao sujeito perceber em si certa continuidade psíquica), naturalmente advindos da internalização de suas relações, desde sempre ideológicas, com os outros no mundo concreto. O “relativamente” marca aqui a permanência no fluxo que é a consciência;
- b) os aspectos sociais e históricos do ser no mundo do sujeito, momentos pontuais de quebra da continuidade do fluxo do mundo natural, também marcados pela permanência no fluxo; e

c) a avaliação responsável que o sujeito faz ao agir, com base na identidade que veio a formar e nas coerções de suas relações sociais (SOBRAL, 2017b, p. 107).

Isto significa, então, que esta constituição heterogênea e múltipla de um sujeito por meio de outros “não implica a perda da individualidade, mas seu enriquecimento” (SOBRAL, 2016, p. 180). O reconhecimento por este sujeito de que se situa revela que toma para si a responsabilidade da conquista de sua própria individualidade. Esta visão sobre o posicionamento do sujeito como um participante ativo também aponta para a insuficiência de se buscar compreender um indivíduo isoladamente, pois seu potencial de individualidade só se concretiza plenamente por meio de suas relações com o mundo exterior (SOBRAL, 2016, pp. 179-180). Assim, deve-se acrescentar:

Articula-se a isso a proposta das três relações existentes entre as entidades do mundo: (1) a relação entre objetos, (2) a relação entre um sujeito e um objeto e (3) as relações entre sujeitos. No primeiro caso, trata-se das relações entre as coisas ou fenômenos físicos. No segundo, de sujeitos humanos e objetos (ainda que se possa tomar outro sujeito como “objeto”); e, no terceiro, obviamente, das relações entre sujeitos. O ser humano nunca participa do primeiro tipo de relação, mas pode, em seu agir, recorrer aos três tipos (SOBRAL, 2016, p. 180).

Além disto, Bakhtin (2003, pp. 32-33) também comenta sobre o caso em que um sujeito se relaciona consigo mesmo. O autor observa que, na tentativa de construir uma imagem exterior de si mesmo, a “categoria do eu” só pode ser tomada como uma “categoria do outro”, pois, segundo afirma, “minha imagem externa não pode vir a ser um elemento de minha caracterização para mim mesmo”.

Na leitura de Sobral (2017a, p. 20), isto também se traduz como ação concreta e intencional – “inserida no mundo vivido” e “não involuntária” –, por ser “praticada por alguém situado, não transcendente”. Além disto, observa em outro momento que o mundo humano – distinguindo entre “mundo humano” e “mundo físico” – não se trata de uma realidade já dada e estabelecida, mas, pelo contrário, seria algo “constantemente postulado” e “em constante fazer-se” (SOBRAL, 2016, p. 182). Também explica a complexidade do mundo humano e descreve o funcionamento deste seu “constante fazer-se”, afirmando que “todo evento e compreensão e interpretação ocorre dialogicamente, no confronto entre textos, sujeitos, contextos”.

Neste sentido, Bakhtin (2003, p. 34) também traz a ideia de fronteira, que entende como o momento em que o homem exterior, como imagem externa, se delimita em distinção ao mundo exterior. Por outro lado, observa que esta fronteira externa só é vivência na autoconsciência, ou seja, “em relação a si mesmo, de modo essencialmente diverso do que se vivencia em relação a outro indivíduo”. Contudo, indica o conhecimento como instrumento de superação desta diferença, pois “ignora a singularidade do sujeito cognoscente”. Assim, afirma:

[...] Eu sei que sou um indivíduo tão limitado quanto os outros, e que todo outro vivencia substancialmente a si mesmo de dentro, não

se personificando essencialmente para si mesmo em sua expressividade externa. Mas esse conhecimento não pode determinar a visão real e o vivenciamento do mundo singular concreto do sujeito singular. A forma de vivenciamento concreto do indivíduo real é a correlação entre as categorias imagéticas do eu e do outro; e essa forma do eu, na qual vivencio só a mim, difere radicalmente da forma do outro, na qual vivencio todos os outros indivíduos sem exceção. O modo como eu vivencio o eu do outro difere inteiramente do modo como vivencio o meu próprio eu; isso entra na categoria do outro como elemento integrante [...] (BAKHTIN, 2003, p. 35).

#### 4.3.3.1 Cronotopo e Exotopia

Buscando se aprofundar sobre esta “tensão entre dois olhares, entre dois pontos de vista”, Amorim (2016, p. 96) analisa os pensamentos que Bakhtin desenvolveu sobre a relação entre tempo e espaço, tratando de seus conceitos de cronotopo e exotopia. Segundo a autora, o primeiro teria sido “concebido no âmbito estrito do texto literário”, enquanto o segundo faria referência a toda “atividade criadora em geral – inicialmente à atividade estética e, mais tarde, à atividade da pesquisa em Ciências Humanas” (AMORIM, 2016, p. 95). Contudo, também esclarece que ambos seriam “dois modos possíveis de abordar essa relação”, pois, “construídos em momentos distintos, tratam da relação espaço-tempo de modo também distinto”, não sendo por isto termos intercambiáveis em momento algum.

Influenciado por Einstein e sua teoria da relatividade, Bakhtin faz uso do conceito de cronotopo “para exprimir a indissolubilidade da relação entre o espaço e o tempo” (AMORIM, 2016, p. 102). No contexto literário, então, entende-se o termo como “uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto”.

No entanto, privilegiando-se neste caso o tempo, trata-se justamente de trabalhar com o “campo das transformações e dos acontecimentos”, por ser “a dimensão do movimento, da transformação” (AMORIM, 2016, pp. 102-103). Neste sentido, segundo a autora:

[...] Bakhtin deixa claro que deseja saber, em cada época da história do romance, como o problema do tempo é tratado ou qual é a concepção de tempo que vigora. A concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem e, assim, a cada nova temporalidade, corresponde um novo homem. Parte, portanto, do tempo para identificar o ponto em que este se articula com o espaço e forma com ele uma unidade (AMORIM, 2016, pp. 102-103).

Isto leva Amorim (2016, p. 103) a observar que, independente de uma “literatura que trata do indivíduo e em que se encontram múltiplos tempos correspondentes aos diferentes indivíduos e às diferentes esferas de suas atividades”, compreende-se também que “na cultura popular e no carnaval, o tempo é coletivo”, de modo que “Bakhtin explica que o verdadeiro herói do carnaval é o tempo”. Por isto, a autora também acrescenta:

[...] O sujeito da cultura popular é o sujeito coletivo. Seu espaço é a praça pública, espaço de todos. O coletivo remete aqui à ideia de uma sociedade sem classes em que todos compartilham do trabalho e, por conseguinte, compartilham do tempo. Tempo compartilhado, porque suposto como anterior e posterior à sociedade de classes (AMORIM, 2016, p. 103).

Por outro lado, ao abordar o conceito de exotopia, Amorim (2016, pp. 98-100) destaca sua importância em um trabalho de pesquisa nas Ciências Humanas. Segundo sua análise, Bakhtin as considera como “ciências do texto”, pois entende que “o que há de fundamentalmente humano no homem é o fato de ser um sujeito falante, produtor de textos”. Apesar da extensão, vale trazer integralmente a explicação nas palavras do próprio autor:

O material da obra, porém, não é inerte, é falante, é significativo (ou sógnico), nós não o vemos nem tocamos, mas sempre ouvimos a sua voz (mesmo numa leitura silenciosa e de si para si). É-nos dado um texto que ocupa um lugar definido no espaço, ou seja, localizado; mas a sua criação, as informações que se tem dele fluem no tempo. O texto como tal não é inerte. Se partirmos de qualquer texto, passando às vezes por uma longa série de elos intermediários, no final das contas sempre chegaremos à voz humana, por assim dizer, a apoiamos no homem; pois o texto está sempre consolidado sobre um material morto qualquer: nos estágios primeiros do desenvolvimento da literatura, sobre os sons físicos, no estágio da escrita, sobre os manuscritos (pedra, tijolo, couro, papiro, papel); posteriormente, o manuscrito pode receber a forma de um livro (livro-pergaminho ou livro-códex). Mas qualquer que seja a forma dos manuscritos e dos livros, eles se encontram já nos limites entre a natureza morta e a cultura; se nós os abordamos como portadores do texto, eles entrarão no campo da cultura, no nosso caso, no campo da literatura. Naquele tempo-espaço totalmente real onde ressoa a obra, onde se encontra o manuscrito ou o livro, encontra-se também o homem real que criou a língua falada, que ouve e lê o texto. Naturalmente, esses seres reais, autores e ouvintes-leitores, podem se encontrar (e frequentemente se encontram) em tempos-espaços diferentes, separados às vezes por séculos e por distâncias espaciais, mas se encontram da mesma forma num mundo uno, real, inacabado e histórico que é separado pela fronteira rigorosa e intransponível do mundo representado no texto. Por isso nós podemos chamar esse mundo de criador do texto: pois todos os seus elementos – a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os intérpretes (se eles existem), e, finalmente, os ouvintes-leitores que o reconstituem e, nessa reconstituição, o renovam – participam em partes iguais da criação do mundo representado (BAKHTIN, 2014, pp. 357-358).

Não por acaso, portanto, a natureza dialógica das Ciências Humanas resulta do fato de que “pesquisador e sujeito pesquisado são ambos produtores de texto” (AMORIM, 2016, pp. 98-100). Assim, na visão da autora, é vital que a pesquisa mantenha distintos os pontos de vista, evitando ao máximo transformá-los em uma só coisa, mas buscando consolidar o “caráter de diálogo, revelando sempre as diferenças e a tensão entre elas”. Contudo, também aponta para a assimetria deste diálogo, pois entende que “o pesquisador deve fazer intervir sua posição exterior: sua problemática, suas teorias, seus valores, seu contexto sócio-histórico, para revelar do sujeito algo que ele mesmo não pode ver”.

Em contraste com a ênfase no tempo pelo cronotopo, a prevalência da dimensão espacial na exotopia se relaciona à “ideia de acabamento, de construção de um todo”. Neste conceito, entende-se que “o espaço é a dimensão que permite fixar, inscrever o movimento ou, dito de outra forma, a dimensão em que o movimento pode se escrever e deixar suas marcas” (AMORIM, 2016, pp. 100-101). Todo trabalho de objetivação resulta nesta fixação, pois “implica sempre o extrair-se do puro movimento”, porém sem significar que se esteja alheio à vida, “fora do tempo e dos acontecimentos”. No entanto, a autora acrescenta que, no caso do pesquisador, sua participação no acontecimento é de uma natureza específica, pois “é o acontecimento do próprio pensar”. Explica isto do seguinte modo:

Nesse acontecimento, o autor ocupa um lugar singular e único que o constrange a se responsabilizar, face ao outro, pelo seu pensamento. Ao assinar seu pensamento ou sua obra, o autor a torna não indiferente: dota-lhe de valor no contexto (AMORIM, 2016, pp. 100-101).

Na visão de Zavala (2016, p. 157), “a outredade é o elemento construtivo básico”, pois entende que o outro, como um “nível intersubjetivo”, também “implica sempre o eu no acontecimento do ser em sua relação com o outro”. Neste caso, aponta para o “caráter ontológico” que a responsabilidade assume nesta concepção, estabelecendo o eu como centro e origem do ato, com orientação na direção do outro. Assim, afirma, “Bakhtin estabelece uma coerência entre o mundo da cultura e o mundo da ação humana; o mundo do acontecimento, do ato que se rege pela responsabilidade”, concluindo que “a vida humana é esse ato único de autocriação”.

Por este motivo, tanto na forma de uma pesquisa quanto de uma criação estética, há sempre um movimento duplo: “o de tentar enxergar com os olhos do outro e o de retornar à sua exterioridade para fazer intervir seu próprio olhar: sua posição singular e única num dado contexto e os valores que ali afirma” (AMORIM, 2016, pp. 101-102). Assim, a autora conclui que “o conceito de exotopia designa uma relação de tensão entre pelo menos dois lugares”. A explicação de Zavala (2016, p. 154) é de que “todo ato cultural vive, de maneira essencial, nas fronteiras”, pois “distante das fronteiras perde terreno, significação, torna-se arrogante, degenera e morre”.

Reforçando o caráter central da alteridade nesta perspectiva, uma vez que “a proposta bakhtiniana se centra na palavra como fenômeno social – da imagem sonora até as camadas semânticas mais abstratas” (ZAVALA, 2016, p. 153), Barros (2005, p. 28) observa que, “se a concepção de linguagem de Bakhtin é dialógica, se a ciência humana tem método e objeto dialógicos, também suas ideias sobre o homem e a vida são marcadas pelo princípio dialógico”. Na sua visão, por considerar “impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro”, o ser humano se define justamente pela alteridade. Neste sentido, menciona os dois modos de se conceber o princípio dialógico indicados por Bakhtin: o “diálogo entre interlocutores”, e o “diálogo entre discursos”; por isto, descrevendo tanto

seu objeto quanto seu método ambos como essencialmente de natureza dialógica, o autor propõe justamente o “texto como objeto das ciências humanas” (BARROS, 2005, p. 26).

#### 4.3.3.2 O Problema do Texto

A proposta bakhtiniana se alinha a uma tradição hermenêutica de estudos que reconhece haver nas ciências humanas uma “contínua atribuição de sentidos”, materializando-se “por gestos interpretativos” (FARACO, 2017b, p. 41). Assim, pela visão de Bakhtin, trata-se de “uma forma de saber dialógico em que o intelecto está diante de textos que não são coisas mudas, mas a expressão de um sujeito” (FARACO, 2017b, pp. 42-43). A realidade da cultura, na qual se constrói a consciência individual, constitui-se e se manifesta tanto dialógica quanto semioticamente, e, portanto, “produzindo texto e o fazendo no contexto da dinâmica histórica da comunicação”. De modo distinto das ciências naturais, nas quais “há uma relação sujeito/objeto”, nas ciências humanas a relação é sempre entre sujeitos, pois “o objeto é o texto de alguém”, ou seja, este objeto-texto remete essencialmente sempre a “um sujeito, uma visão de mundo, um universo de valores com que se interage” (FARACO, 2017b, p. 43). Esta realidade cultural, portanto, faz-se semiótica justamente porque, fosse de outro modo, “dois organismos biológicos nas condições de um meio puramente natural não gerarão nenhum fato discursivo” (VOLÓCHINOV, 2017, pp. 145-146).

Esta dinâmica entre os textos também revela a perspectiva de uma cultura cuja natureza implica “precisamente as posições socioavaliativas postas numa dinâmica de múltiplas inter-relações responsivas” (FARACO, 2017b, p. 90). Posto de outro modo, todo ato cultural seria de caráter axiológico e responsivo, de modo que “qualquer texto tem, como seu ponto de partida e como seu elemento estruturante, um posicionamento axiológico, uma posição autoral”. Como criação ideológica, então, o texto participa da “dialogicidade de todo dizer”, que pode ser apresentada em três dimensões:

- a) todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já dito”. Nesse sentido, todo enunciado é uma réplica, ou seja, não se constitui do nada, não se constitui fora daquilo que chamamos hoje de memória discursiva;
- b) todo dizer é orientado para a resposta. Nesse sentido, todo enunciado espera uma réplica e – mais – não pode esquivar-se à influência profunda da resposta antecipada. Neste sentido, possíveis réplicas de outrem, no contexto da consciência socioaxiológica, têm papel constitutivo, condicionante, do dizer, do enunciado. Assim, é intrínseco ao enunciado o receptor presumido, qualquer que seja ele: o receptor empírico entendido em sua heterogeneidade verboaxiológica, o “auditório social” (cf., de Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 85-86; ou *A construção do enunciado*, p. 122-123), ou o “superdestinatário” (o “terreno” – nos termos discutidos por Bakhtin em *O problema do texto*, p.126);
- c) todo dizer é internamente dialogizado: é heterogêneo, é uma articulação de múltiplas vozes sociais (no sentido em que hoje diremos ser todo discurso heterogeneamente constituído), é o ponto de encontro e confronto dessas múltiplas vozes. Essa dialogização interna será ou não claramente mostrada, isto é, o dizer alheio será ou não destacado como tal no enunciado – ou, para usar uma figura recorrente em Bakhtin, será aspeado ou não, em escalas infinitas de graus de alteridade ou assimilação da



palavra alheia (conforme diz ele no manuscrito *O problema do texto*, p. 120-121) (FARACO, 2017b, pp. 59-60).

Além disto, Faraco (2017b, p. 91) também avalia os processos semióticos pela visão de Bakhtin, afirmando que “ao mesmo tempo em que refletem, sempre refratam o mundo”. Assim, descarta que a semiose seja “mera reprodução de um mundo ‘objetivo’”, mas, pelo contrário, trata-se de “um mundo múltipla e heterogeneamente interpretado”. A justificativa é o foco de Bakhtin e o Círculo nas “relações dialógicas, entendidas como relações de sentido que decorrem da responsividade (da tomada de posição axiológica) inerente a todo e qualquer enunciado” (FARACO, 2017b, pp. 120-121).

## 4.4 Dialogismo, Discurso, Enunciado

É como “fluxo discursivo” que a comunicação acontece, segundo Bakhtin (2003, p. 269), tratando-a também como a “vida do discurso”. Para o autor, o “estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva” permite uma melhor compreensão do processo. Contudo, este estudo também revela e destaca a natureza dialógica do enunciado, tanto quanto do discurso, e, portanto, da comunicação. Para tal, observa-se a responsividade como característica necessária à compreensão do enunciado, pois “toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (BAKHTIN, 2003, p. 271). Mesmo o que seria uma compreensão silenciosa, na verdade, “é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta”.

Por isto, o autor entende a compreensão plena também como “uma fase inicial preparatória da resposta”, pois o sujeito do discurso está em busca de ser compreendido, e sua iniciativa de inteligibilidade seria “apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Em contrapartida, como existência concreta, o discurso toma forma por meio dos enunciados, sem os quais não seria possível seu desenvolvimento (BAKHTIN, 2003, pp. 274-275). Como unidades da comunicação, os enunciados compartilham de “peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo limites absolutamente precisos”.

Para determinar os limites de um enunciado, Bakhtin (2003, pp. 275-276) se volta para sua natureza essencialmente dialógica, pois a alternância de sujeitos do discurso permite enxergar a existência de “um princípio absoluto e um fim absoluto”. Assim, o autor observa que, a princípio, inúmeros “enunciados de outros” já se antecipam ao início de qualquer enunciado, que, por sua vez, com seu término também já se antecipa ao início dos “enunciados responsivos de outros”. Por isto, afirma:

O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada



da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro [...].

Essa alternância dos sujeitos do discurso, que cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida, dependendo das diversas funções da linguagem e das diferentes condições e situações de comunicação, é de natureza diferente e assume formas várias. Observamos essa alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas réplicas. Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva (BAKHTIN, 2003, pp. 275-276).

Entretanto, é necessário reforçar que “o enunciado é um organismo muito mais complexo e dinâmico do que parece” (BAKHTIN, 2014, p. 153), pois em sua construção também “ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo”. Por isto, o autor sugere a questão da palavra como “um dos principais objetos do discurso humano”, lembrando que “nas ciências humanitárias, à diferença das ciências naturais e matemáticas, surge a questão específica do estabelecimento, da transmissão e da interpretação das palavras de outrem” (BAKHTIN, 2014, pp. 150-151).

Volóchinov (2019b, p. 283) observa que na construção de um enunciado, além de uma parte verbal expressa, há também “uma parte não expressa, porém subentendida e extraverbal (situação e auditório), sem a qual não é possível compreender o próprio enunciado”. Essa parte extraverbal, segundo o autor, possui três aspectos: “o espaço e o tempo do acontecimento do enunciado (o ‘onde’ e o ‘quando’), o objeto ou tema do enunciado (‘sobre o quê’ se fala) e a relação dos falantes com o ocorrido (‘avaliação’)”, e este conjunto se trata da “situação” (VOLÓCHINOV, 2019b, p. 285). Por isso, o autor afirma que “a diferença nas situações determina também a diferença nos sentidos de uma mesma expressão verbal”, e conclui:

Se os falantes não fossem reunidos por essa situação, se eles não tivessem uma compreensão comum do que está acontecendo, nem uma determinada opinião sobre isso, as suas palavras seriam incompreensíveis para cada um deles, sem sentido e desnecessárias. A comunicação ou interação discursiva só se realiza graças à existência de algo subentendido para eles (VOLÓCHINOV, 2019b, pp. 285-286).

Por outro lado, Dahlet (2005, pp. 57-58) se refere à inserção que Bakhtin faz do interlocutor no projeto discursivo, pois “todo locutor deve incluir em seu projeto de ação uma previsão possível de seu interlocutor e adaptar constantemente seus meios às reações percebidas do outro”. Por este motivo conclui que “toda ação verbal toma a forma socialmente essencial de uma interação”. Neste caso, Volóchinov (2019c, p. 313) afirma, ao tratar do signo ideológico, que “todos os signos ideológicos (verbais, visuais etc.) podem formar-se apenas em uma coletividade de pessoas socialmente organizadas”. Por fim, sob sua perspectiva marxista, acrescenta:

Em suma, toda a realidade e toda a existência do homem e da natureza não apenas refletem-se no signo, mas também refratam-se nele. Essa refração da existência no signo ideológico é determinada pelo cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma única coletividade signica, isto é, pela luta de classes (VOLÓCHINOV, 2019c, p. 319).

## 5 Considerações Finais

Este trabalho é resultado de vários anos de pesquisa e aprendizado ao longo de toda a graduação. Muito antes de ter um tema definido, já havia criado o hábito de fichar os livros que estudava. Assim, quando chegou esta etapa da monografia, havia um excesso de conteúdo a ser condensado e refinado, de modo que o principal desafio do texto foi alcançar um nível de síntese que não fosse superficial. Mesmo assim, durante este processo de seleção, logo ficou claro que não seria possível tratar de todo o assunto com profundidade, sendo necessário o desdobramento de novos trabalhos. Então, a perspectiva de que esta monografia deveria ser o início de um trabalho mais extenso foi logo adotada como postura definitiva durante o processo de escrita.

Buscou-se dar continuidade à proposta que fazem [Ribeiro e Sacramento \(2010a, p. 16\)](#) de debater o trabalho de Bakhtin, buscando “mostrar como sua obra se insere nas discussões intelectuais contemporâneas, a complexa atualidade de suas posições, diante da polêmica crise da teoria social”. Os autores também observam: “a agenda epistemológica tem estado entre a consolidação do pós-estruturalismo e do discurso pós-moderno e a permanência do marxismo – relido e renovado pela disputa com as epistemes concorrentes”.

Como observa [Pimentel \(2016\)](#), ao tratar do conceito comunicacional de circulação, torna-se mais produtivo trabalhar seguindo a perspectiva de “circulação como movimento social ou trânsito de sentidos”. Além disso, sugere uma maior complexidade em relação aos sujeitos da comunicação, buscando ir além das posições de emissor e receptor. Neste caso, o autor termina por se aproximar da proposta bakhtiniana de construção de sentido por meio de um enunciado dialógico.

Quanto a isto, o estudo de [Mortari \(2016\)](#) resgata a importância do referente ao se observar essa circulação de sentidos. A autora afirma que é justamente nesta posição do referente “que a matéria significativa é acionada para provocar efeitos que irão reconduzir a outras redes de produção sócio-cultural”, reforçando a criação de sentido como uma construção. Segundo a autora,

[...] Há o entendimento do sentido enquanto construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual os observadores constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta ([MORTARI, 2016, p. 5](#)).

Assim, é possível relacionar a afirmação da autora com o que diz Volóchinov:

De fato, o ato discursivo, ou, mais precisamente, o seu produto – o enunciado –, de modo algum pode ser reconhecido como um fenômeno individual no sentido exato dessa palavra, e tampouco pode ser explicado a partir das condições psicoindividuais e psíquicas ou psicofisiológicas do

indivíduo falante. O enunciado é de natureza social (VOLÓCHINOV, 2019a, p. 176).

Observa-se no estudo de Weschenfelder (2017) uma compreensão da recepção como “instância ativa e participativa”. Segundo a autora, “o receptor há muito deixou de ser visto apenas como um sujeito utilitário do – e no – ato comunicacional, mas hoje é percebido como operante, apresentando dinamicidade e reelaborando discursos” (WESCHENFELDER, 2017, p. 2). Assim, ela analisa o receptor considerando sua “participação no contexto coprodutivo” (WESCHENFELDER, 2017, p. 5).

Por sua vez, Soster (2017) analisa esse tipo de contexto ao tratar do que chama de “zonas intermediárias de circulação”, descrevendo-as como “ambiências intermediárias em que as gramáticas de produção e reconhecimento são tensionadas quanto às suas intenções de origem tanto em termos de emissão quanto de recepção” (SOSTER, 2017, p. 2). Neste caso, o autor afirma que essas zonas se estabelecem por meio de uma relação dialógica entre “sistema, meio e demais sistemas”, aparecendo como marcas heterogêneas “na superfície dos objetos analisados na forma de operações linguísticas”.

O contexto discursivo no qual o receptor é considerado levou Klein, Friderichs e Ely (2017) a fazerem um estudo sobre a personificação em mídias digitais, no qual ressaltam a tentativa de humanização do discurso em um “fenômeno comunicacional midiático” massificado. No estudo também indicam a importância de haver uma identidade por parte dos interlocutores envolvidos no processo comunicacional. Neste caso, afirmam, “a personalização se revela como marca discursiva do eu, do eu que procura o outro, que se percebe igual e diferente dele, e que mesmo erraticamente, pode estabelecer laços de pertencimento” (KLEIN; FRIDERICHS; ELY, 2017, p. 6). A questão da relação entre contexto discursivo e recepção também é apontada como determinante no trabalho de Baysha (2012), em que analisa a interpretação e a reformulação de conceitos por parte de diferentes organizações sociais, culturais e políticas.

Neste caso, os membros do Círculo de Bakhtin contribuem com a discussão, principalmente ao tratar do conceito de enunciado:

Nessa perspectiva, o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um contexto maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante [...] (BRAIT; MELO, 2017, p. 67).

Como se observou, as interações dialógicas e seus desdobramentos são um aspecto central nas discussões do Círculo de Bakhtin. Do mesmo modo, percebe-se que essas discussões têm potencial de enriquecer os debates nos estudos em Comunicação. Portanto,

neste caso, faz-se necessário um maior aprofundamento buscando desenvolver este diálogo teórico.

## Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 36, 37
- AGGER, Gunhild. A intertextualidade revisitada: diálogos e negociações nos estudos de mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. cap. 12. 32
- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 4, p. 95 – 114. 37, 63, 64, 65
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 37, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 67, 68
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 64, 68
- BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016. 37, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 58, 59, 60
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. cap. 1. 57, 65, 66
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. 40
- BAYSHA, Olga. Mythologizing modernity through vernacular discourses. **International Journal of Communication**, v. 6, p. 2985–3005, 2012. 71
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 1, p. 9 – 31. 43, 56
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 3, p. 61 – 78. 43, 44, 47, 54, 56, 71
- BUSATO, Claudia. O trabalho com o detalhe: sobre índices, resíduos e realidade. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 2. 42

- CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 11, p. 201 – 220. 47
- CUNHA, Dóris de Arruda C. da. Bakhtin e a linguística atual: Interlocuções. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. cap. 20. 49
- DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. cap. 4. 68
- ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 37, 38, 40, 43, 48
- EMERSON, Caryl. Palavra exterior e fala interior: Bakhtin, vygotsky e a internalização da linguagem. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. cap. 3. 29, 30
- FARACO, Carlos Alberto. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 4. 57
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 2, p. 37 – 60. 49, 60
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 45, 46, 47, 50, 55, 56, 66, 67
- FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 10, 11, 35, 36, 37
- FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 7, p. 161 – 193. 50
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 20, 22, 23, 24, 25, 27, 45, 55, 56, 59
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 37
- FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 39 – 60. 9, 10, 33, 34, 35, 36, 37, 38
- GOMES, Walter. O conceito peirciano de terceiridade como sustentação para o meio de comunicação como extensão do homem. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 11. 37, 42



- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 40, 42
- GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 6, p. 133 – 160. 49, 50, 51, 52
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 40
- HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 61 – 98. 10, 33, 34, 35, 36, 37, 38
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HORTA, Natália Botelho. A geração de sentido em socioletos da internet. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 4. 37
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010. 37, 40
- JAKOBSON, Roman. **Linguística. Poética. Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 40
- KLEIN, Otavio José; FRIDERICHS, Bibiana de Paula; ELY, Maria Eduarda Sfredo. A personificação como estratégia discursiva nas mídias digitais. In: CENTRO INTERNACIONAL DE SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO – CISECO. **VI Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga, 2017. 71
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005. 35, 36
- LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996. v. 1. 43
- LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998. v. 2. 43
- MACHADO, Irene. Os gêneros e o corpo do acabamento estético. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. cap. 9. 58, 59
- MACHADO, Irene. O ponto de vista semiótico. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 11, 12, 13, 14, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 48
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 7, p. 151 – 166. 37
- MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 5, p. 115 – 131. 43

- MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 11 – 25. [8](#), [13](#), [33](#), [34](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [49](#)
- MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 27 – 38. [8](#), [9](#), [33](#), [34](#), [35](#)
- MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: Cultrix, 2007. [14](#), [15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [43](#)
- MENON, Walter Romero. O real como signo: a concepção da verdade no pensamento de charles sanders peirce. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 8. [37](#), [42](#)
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 8, p. 167 – 176. [47](#), [53](#)
- MORTARI, Elisangela Carlosso Machado. Modos de percepção do significante ou mapeando os indícios da circularidade de sentidos. In: CENTRO INTERNACIONAL DE SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO – CISECO. **V Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga, 2016. [70](#)
- NEWCOMB, Horace. Sobre os aspectos dialógicos da comunicação de massa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. cap. 11. [32](#)
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. [41](#), [42](#)
- PIMENTEL, Aldenor da Silva. O adiante da circulação: uma contribuição ao debate epistemológico. In: CENTRO INTERNACIONAL DE SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO – CISECO. **V Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga, 2016. [70](#)
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail bakhtin e os estudos da comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. cap. 1. [28](#), [29](#), [30](#), [70](#)
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- SANTAELLA, Lucia. **O Método Anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. [41](#)
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2000. [37](#), [38](#), [39](#), [40](#), [43](#)
- SILBERSTEIN, Emília. Iconicidade. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 3. [41](#)

- SOBRAL, Adail. Estética da criação verbal. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 7. 58, 59, 60, 62
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 1, p. 11 – 36. 46, 62
- SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em ciências humanas. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 5, p. 103 – 121. 43, 46, 47, 60, 61, 62
- SOBRAL, Adail. Filosofias (e filosofia) em bakhtin. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 6, p. 123 – 150. 45, 46
- SOBRINHO, Asdrúbal Borges Formiga. Cultura e comunicação em desenvolvimento. In: RUSSI, Pedro (Org.). **Processos Semióticos em Comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. cap. 7. 35, 36, 37, 42, 44
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 35, 36, 37
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. O sistema midiático, os circuitos múltiplos e a emergência das zonas intermediárias de circulação. In: CENTRO INTERNACIONAL DE SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO – CISECO. **VI Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga, 2017. 71
- STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. cap. 10. 30, 31
- STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. cap. 9, p. 177 – 190. 47, 56
- TOMASELLO, Michael. **Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 37
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017. 37, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 66
- VOLÓCHINOV, Valentin. As mais novas correntes do pensamento linguístico no ocidente (1928). In: **A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia**. São Paulo: Editora 34, 2019. 71
- VOLÓCHINOV, Valentin. Estilística do discurso literário ii: A construção do enunciado (1930). In: **A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia**. São Paulo: Editora 34, 2019. 68
- VOLÓCHINOV, Valentin. Estilística do discurso literário iii: A palavra e sua função social (1930). In: **A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia**. São Paulo: Editora 34, 2019. 68, 69
- VOLÓCHINOV, Valentin. **A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia**. São Paulo: Editora 34, 2019.

WESCHENFELDER, Aline. Quem é o receptor? análise dos efeitos da circulação sobre o status da recepção. In: CENTRO INTERNACIONAL DE SEMIÓTICA E COMUNICAÇÃO – CISECO. **VI Colóquio Semiótica das Mídias**. Japaratinga, 2017. 71

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 36, 38, 49

ZAVALA, Iris. O que estava presente desde a origem. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. cap. 6. 57, 65